

UniRV - UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO AGRONEGÓCIO E
DESENVOLVIMENTO

AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A
COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SUDOESTE GOIANO.

RAFAEL DOS REIS BONIFÁCIO

RIO VERDE/GOIÁS - BRASIL

2024

RAFAEL DOS REIS BONIFÁCIO

**AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A
COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SUDOESTE GOIANO.**

Dissertação apresentada à UniRV –
Universidade de Rio Verde, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Direito do Agronegócio e
Desenvolvimento para obtenção do título de
Mestre em Direito.

Orientadora: Dra. Mariana Nascimento Siqueira

Coorientadora: Dra. Carolina Merida

**Linha de Pesquisa: Direito do
Agronegócio e Regulação**

RIO VERDE/GOIÁS - BRASIL

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade de Rio Verde

Biblioteca Luiza Carlinda de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – (CIP)

B698a Bonifácio, Rafael dos Reis

Agricultura familiar: políticas públicas voltadas para a comercialização da produção no sudoeste goiano. / Timoteo David Marcelino de Oliveira. – 2024.

107 f.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Nascimento Siqueira.

Coorientadora: Profa. Dra. Carolina Merida.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Rio Verde - UniRV, Programa de Pós-Graduação em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento, Faculdade de Direito, 2024.

1. Agricultura familiar. 2. Direito do agronegócio. 3. Produtores rurais. I. Siqueira, Mariana Nascimento. II. Merida, Carolina. III. Título.

CDD: 338.9

Bibliotecário: Juatan Tiago da Silva – CRB 1/3158

RAFAEL REIS

**AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A
COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SUDOESTE GOIANO.**

Dissertação apresentada à UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento para obtenção do título de Mestre em Direito

APROVADO:

Prof. Dr. (Membro da banca)

(Orientadora)

(Co-orientador)

AGRADECIMENTOS

Parece tão comum iniciar uma obra científica com o reconhecimento daqueles que colaboraram para o êxito do trabalho que, por vezes, pode parecer que o apoio de todos aqueles que ajudaram é algo simples e plenamente normal de ser recebido.

Talvez a oportunidade do desafio em cursar o programa de mestrado da UniRV- Universidade de Rio Verde tenha me proporcionado um reconhecimento ainda mais profundo daqueles que efetivamente colaboraram durante a caminhada acadêmica, muito embora o apoio prestado possa ter sido em diversas áreas e circunstâncias da vida.

Assim, embora correndo o risco de omitir pessoas relevantes neste processo, externo minha gratidão, primeiro, a Deus, pelo privilégio da vida até aqui, pelas diversas oportunidades concedidas e pelas inúmeras fronteiras alargadas.

Agradeço imensamente à minha família, cujo apoio incondicional e encorajamento foram a luz que guiou meus passos ao longo desta jornada acadêmica desafiadora.

As minhas orientadoras, Dr^a Mariana Nascimento Siqueira e Dr^a Carolina Merida, minha mais sincera gratidão por sua orientação perspicaz, paciência e incentivo incansável. Suas visões e conselhos foram fundamentais para moldar este 'estudo.

Minha gratidão, também, aos professores e colaboradores da UniRV - Universidade de Rio Verde, os quais, de forma comprometida e humilde, honram o compromisso de oferecerem um ensino de alta qualidade.

Às instituições e organizações que colaboraram fornecendo dados e recursos essenciais, meu sincero agradecimento. Sem o apoio deles, este trabalho não teria alcançado sua completude.

A todos os amigos e colegas que caminharam ao meu lado, compartilharam suas ideias e me apoiaram com seu entendimento e incentivo, meu sincero obrigado. Suas vozes e perspectivas enriqueceram profundamente este trabalho.

Por fim, dedico este trabalho àqueles cujas vidas e histórias inspiraram minha pesquisa. Que este estudo possa contribuir de alguma forma para o avanço do conhecimento e para a melhoria das condições que afetam suas realidades.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as famílias agricultoras do Brasil, cuja dedicação incansável à terra e à sustentabilidade alimenta não apenas seus lares, mas também inspira políticas e iniciativas em prol de uma agricultura mais justa e resiliente. Que este estudo possa contribuir para ampliar o reconhecimento e o apoio a vocês, verdadeiros guardiões da nossa segurança alimentar e ambiental.

RESUMO

Esta dissertação investiga as barreiras que impedem a inclusão plena dos agricultores familiares em programas de comercialização no Sudoeste Goiano e analisa como a regulação no Direito do Agronegócio pode auxiliar na superação desses obstáculos. O problema de pesquisa abordado é a dificuldade que os agricultores familiares enfrentam em acessar e se manter em programas de comercialização, mesmo com a existência de políticas públicas voltadas para este setor. A pesquisa abrangeu uma revisão de literatura, coleta e análise de dados primários e secundários, e uma análise jurídica detalhada. Um estudo de caso foi realizado durante a Agro Centro Oeste Familiar 2024, envolvendo agricultores do estado de Goiás. O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar essas barreiras e propor soluções regulatórias que possam promover a inclusão dos agricultores familiares nos mercados formais de comercialização. Os objetivos específicos incluem a análise das barreiras enfrentadas, a avaliação da influência da renda na participação em programas de comercialização, e a proposição de recomendações para reformas políticas e regulatórias. Os resultados revelam que barreiras financeiras, burocráticas e de informação são os principais obstáculos. A maioria dos agricultores possui ensino médio ou fundamental, com renda predominante de até quatro salários-mínimos mensais. Os dados quantitativos indicam que a renda é um fator determinante na participação em programas de comercialização, com agricultores de maior renda tendo maior participação. A análise qualitativa aponta que a complexidade burocrática e a falta de informação são desafios significativos. Como contribuição prática, foi desenvolvido uma cartilha de Regulamentação para Agricultores Familiares, que oferece orientações claras para atender às exigências regulatórias, promovendo a inclusão dos agricultores familiares nos mercados formais de comercialização. Este estudo sugere que reformas políticas e regulatórias são essenciais para melhorar a participação dos agricultores familiares em programas de comercialização, promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Direito do Agronegócio; Regulação.

ABSTRACT

This dissertation investigates the barriers preventing the full inclusion of family farmers in commercialization programs in the Southwestern region of Goiás and analyzes how regulation within Agribusiness Law can help overcome these obstacles. The research problem addressed is the difficulty that family farmers face in accessing and maintaining participation in commercialization programs, despite the existence of public policies aimed at this sector. The research involved a literature review, collection, and analysis of primary and secondary data, and a detailed legal analysis. A case study was conducted during the Agro Centro Oeste Familiar 2024, involving farmers from the state of Goiás. The general objective of this research is to identify and analyze these barriers and propose regulatory solutions that can promote the inclusion of family farmers in formal commercialization markets. The specific objectives include analyzing the barriers faced, assessing the influence of income on participation in commercialization programs, and proposing recommendations for political and regulatory reforms. The results reveal that financial, bureaucratic, and informational barriers are the main obstacles. Most farmers have completed primary or secondary education, with a predominant income of up to four minimum wages per month. Quantitative data indicate that income is a determining factor in participation in commercialization programs, with higher-income farmers having greater participation. Qualitative analysis shows that bureaucratic complexity and lack of information are significant challenges. As a practical contribution, a Regulatory Guide for Family Farmers was developed, offering clear guidelines to meet regulatory requirements, promoting the inclusion of family farmers in formal commercialization markets. This study suggests that political and regulatory reforms are essential to improving the participation of family farmers in commercialization programs, promoting the sustainable development of family farming in Brazil.

Keywords: Family Farming; Agribusiness Law; Regulation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	14
2.1 Agricultura Familiar e seu Papel Social e Econômico.....	23
2.2 Políticas públicas para a Agricultura Familiar.....	30
2.3 Desafios e oportunidades na comercialização da Agricultura Familiar	35
3 BARREIRAS LEGAIS E REGULATÓRIAS	41
3.1 Regulamentações de Qualidade e Segurança Alimentar.....	44
3.2 Acesso a Mercados e Canais de Distribuição.....	54
4 ESTUDO DE CASO: VISÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE GOIANO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	61
4.1 Metodologia da pesquisa.....	61
4.2 Instrumento de coleta de dados.....	62
4.3 Procedimentos de coleta de dados.....	63
4.4 Análise dos dados.....	64
4.5 Resultados e discussão.....	65
4.5.1 Resultados Quantitativos.....	65
4.5.2 Análise de Variância (ANOVA) dos dados levantados.....	68
4.5.3 Análise de Correlação.....	71
4.6 Resultados qualitativos.....	72
5 ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO	75
5.1 Identificação de estratégias para superar barreiras	76
5.2 Promovendo a inclusão econômica da Agricultura Familiar	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXO 1.....	93

ANEXO 2.....	98
ANEXO 3.....	101

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar desempenha um papel de suma importância na economia e na segurança alimentar brasileira, contribuindo para o abastecimento de alimentos essenciais para o consumo e a sustentabilidade do meio ambiente (Silva; Dias, 2023). No entanto, a participação efetiva dos agricultores familiares em programas de comercialização enfrenta desafios expressivos, que exigem uma análise substancial sob a perspectiva jurídica e regulatória. Este trabalho se propôs a investigar as barreiras que impossibilitam, de alguma forma, a inclusão plena dos agricultores familiares em programas de comercialização e examinar como a regulação no Direito do Agronegócio pode auxiliar o pequeno produtor a superar essas barreiras, lhes proporcionando um ambiente mais inclusivo e favorável para a Agricultura Familiar.

A comercialização da produção agrícola familiar é essencial para a sobrevivência econômica desses produtores e, por extensão, promove o bem-estar e a segurança alimentar deles. No entanto, não fazer parte dos mercados, os obstáculos regulatórios, a concorrência desigual com aqueles que produzem em grande escala, ou seja, os grandes produtores, as limitações financeiras impedem sua plena participação nos programas governamentais (Hissa et al., 2020). Por isso, esta pesquisa explorou os principais empecilhos jurídicos e sociais que afetam a comercialização da produção de agricultores familiares.

No que tange à Agricultura Familiar, a participação eficaz destes agricultores em programas de comercialização é intrinsecamente ligada às políticas públicas. O apoio governamental desempenha um papel central na criação de condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar, promovendo a inclusão econômica e a segurança alimentar (Rodrigues, 2011). Ao longo deste trabalho, examinou-se as políticas públicas vigentes e a legislação agrícola no que se refere à Agricultura Familiar e à comercialização de sua produção. Buscou-se ainda, apontar soluções eficazes para superar esses desafios, promovendo a inclusão e o desenvolvimento sustentável no contexto do agronegócio afim de participarem dos programas voltados a essa modalidade de agricultura.

Pretendeu-se com este estudo colaborar para o avanço do conhecimento em Direito do Agronegócio e Regulação, demonstrando a importância da inclusão dos agricultores familiares nesse campo legal e na economia do país. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam apontar políticas públicas mais eficazes e práticas jurídicas que promovam a participação ativa e bem-sucedida dos agricultores familiares nos programas de comercialização.

O estudo foi desenvolvido em etapas distintas, incluindo revisão da literatura, coleta de dados primários e secundários aliados a análise jurídica, com o objetivo de fornecer uma compreensão mais profunda das barreiras legais e regulatórias enfrentadas pelos agricultores familiares e de como esses desafios podem ser superados.

O problema de pesquisa que impulsionou esta dissertação se baseou no seguinte questionamento: Quais são as principais barreiras e desafios que impedem a participação dos agricultores familiares da região do sudoeste goiano em programas de comercialização, e como essas barreiras podem ser superadas?

Para analisar as barreiras legais e regulatórias que impactam a Agricultura Familiar no Brasil, esta pesquisa adota a perspectiva da teoria crítica do direito. Conforme argumenta Coelho (2019), o direito não deve ser visto como um conjunto neutro de normas, mas sim como um instrumento que pode perpetuar desigualdades e privilegiar determinados grupos sociais. Partindo dessa premissa, este estudo visa investigar como as estruturas legais e regulatórias atuais contribuem para a exclusão dos agricultores familiares em programas de comercialização, e como essas barreiras podem ser superadas através de uma análise crítica do direito. Embora Coelho não tenha abordado especificamente os objetivos desta pesquisa, suas contribuições teóricas sobre políticas públicas a partir da teoria crítica oferecem uma base importante para a discussão aqui proposta.

Ao aplicar essa perspectiva crítica ao campo do agronegócio, buscou-se entender como as estruturas legais vigentes favorecem grandes produtores e corporações em detrimento dos pequenos agricultores familiares. Segundo Coelho (1991), o direito deve ser entendido como um fenômeno social e histórico, cujas normas são produto de lutas de poder e conflitos de interesses. Essa compreensão permite identificar como as políticas públicas e as regulamentações atuais podem reproduzir relações de dominação e exclusão social.

A Teoria Crítica do Direito fornece uma base essencial para analisar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, especialmente quando examinamos as barreiras que os agricultores enfrentam para acessar programas de comercialização. Essa abordagem crítica, fundamentada em autores como Roberto Lyra Filho e José Geraldo de Sousa Junior, propõe que o Direito não deve ser visto como um sistema neutro, mas sim como um fenômeno social imerso em relações de poder. Segundo Filho (1991), o Direito deve buscar a emancipação social, agir em prol das classes vulneráveis e promover a inclusão econômica dos pequenos agricultores. No contexto da agricultura familiar, essa perspectiva é essencial, pois permite entender como a regulamentação pode perpetuar desigualdades, favorecendo grandes produtores em detrimento dos pequenos.

Kennedy (1982), no contexto do movimento Critical Legal Studies, argumenta que o Direito serve frequentemente a interesses econômicos dominantes. Aplicando essa visão, podemos questionar se as políticas públicas e os processos regulatórios realmente beneficiam a agricultura familiar ou se, na prática, acabam reforçando barreiras estruturais que dificultam o acesso desses agricultores aos mercados formais. Esse referencial crítico é fundamental para compreender as falhas nas políticas de comercialização no sudoeste goiano, já que os pequenos agricultores enfrentam frequentemente dificuldades regulatórias e estruturais que limitam sua participação efetiva no mercado.

A análise crítica proposta por Coelho implica questionar a neutralidade das leis e explorar alternativas regulatórias que promovam uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades no agronegócio. Por meio de uma abordagem dialética, esta pesquisa investigou como as barreiras legais são construídas e mantidas, e como podem ser desconstruídas para favorecer a participação dos agricultores familiares.

A teoria crítica permite uma análise profunda de como as políticas públicas e legislações específicas afetam os agricultores familiares, que frequentemente enfrentam desvantagens no sistema legal atual. Ao aplicar esta teoria, podemos questionar e propor reformas que visem um equilíbrio mais justo e que realmente atendam às necessidades desses agricultores.

A importância prática e social da Agricultura Familiar no Brasil é inquestionável, pois desempenha um papel crucial na segurança alimentar, no desenvolvimento rural e na sustentabilidade ambiental. De acordo com Schneider (2014), a agricultura familiar é responsável por aproximadamente 23% do valor total da produção dos estabelecimentos

agropecuários brasileiros. Além disso, 77% dos estabelecimentos agropecuários do país são classificados como de agricultura familiar, ocupando cerca de 23% da área total dos estabelecimentos.

Muitos agricultores familiares, por falta de conhecimento, têm dificuldades em cumprir as exigências legais e regulatórias necessárias para participar de programas de comercialização, o que resulta em menor competitividade e menor renda. Este problema é particularmente evidente pois os pequenos produtores enfrentam desafios como falta de acesso a crédito, assistência técnica inadequada e complexidade nas exigências burocráticas. Esses obstáculos não apenas limitam a capacidade dos agricultores familiares de comercializar seus produtos de forma eficiente, mas também perpetuam desigualdades sociais e econômicas no campo.

A dissertação foi estruturada em cinco tópicos principais, cada um, abordando aspectos essenciais para a compreensão e análise das barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares na comercialização de seus produtos e propondo soluções práticas e teóricas para superá-las. A Introdução apresenta o contexto geral da pesquisa, definindo o problema de investigação, justificando a importância prática e social do estudo, estabelecendo os objetivos gerais e específicos, e formulando a hipótese central. Além disso, aborda o referencial teórico de maneira mais superficial, com destaque para a teoria crítica do direito, conforme elucidada por Luiz Fernando Coelho.

O primeiro capítulo explora a importância da Agricultura Familiar na economia brasileira, destacando sua contribuição para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável. Analisa as principais políticas públicas existentes que visam apoiar a Agricultura Familiar, avaliando sua eficácia e impacto no setor. Também discute os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares na comercialização de seus produtos e identifica oportunidades que podem ser exploradas para melhorar sua participação no mercado.

O segundo capítulo examina as regulamentações específicas de qualidade e segurança alimentar que impactam os agricultores familiares, destacando os principais obstáculos encontrados. Avalia as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no acesso a mercados e canais de distribuição formais, destacando barreiras burocráticas e logísticas. Além disso, analisa os desafios logísticos que afetam a comercialização eficiente dos produtos da Agricultura Familiar, identificando gargalos e possíveis soluções.

O terceiro capítulo descreve o estudo de caso acerca da visão dos agricultores familiares do sudoeste goiano acerca das políticas públicas de comercialização da produção, trazendo a abordagem metodológica utilizada na pesquisa, incluindo os métodos de coleta e análise de dados primários e secundários. Explica o processo de coleta de dados quantitativos, detalhando as técnicas e instrumentos utilizados, bem como sua relevância para a pesquisa. Também descreve a coleta de dados qualitativos, abordando as entrevistas, grupos focais e outras técnicas utilizadas para complementar a análise quantitativa. Por fim, apresenta os resultados da pesquisa e as discussões acerca do contexto dos dados obtidos.

Finalmente, o quarto capítulo propõe estratégias específicas e inovadoras para superar as barreiras identificadas ao longo da pesquisa, baseadas em evidências coletadas. Oferece recomendações detalhadas para a formulação e implementação de políticas públicas que promovam a inclusão dos agricultores familiares nos mercados formais de comercialização. Discute iniciativas e ações que podem ser adotadas para promover a inclusão econômica e social dos agricultores familiares no mercado, visando a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro. Esta estrutura proporciona uma abordagem abrangente e detalhada sobre o tema, permitindo uma análise aprofundada das barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares e das possíveis soluções para promover sua inclusão nos programas de comercialização.

O quinto tópico, Considerações Finais, traz o fechamento da dissertação, apontando os principais achados da pesquisa e as principais lacunas que devem ser trabalhadas para a promoção da comercialização da produção dos agricultores familiares.

A dissertação adere à linha de pesquisa Direito do Agronegócio e Regulação, dedicada a entender o complexo sistema legal que governa as operações dentro do agronegócio, com foco voltado para a regulamentação de práticas comerciais, e questões inerentes ao pequeno produtor. Neste contexto, os direitos e desafios enfrentados pelos agricultores familiares fazem jus a uma análise aprofundada, à medida que se tornam uma parte necessária para o cenário do agronegócio. A falta de acesso a mercados, limitações financeiras, regulamentações complexas e a necessidade de atender a padrões de qualidade são apenas alguns dos desafios que a Agricultura Familiar enfrenta em sua jornada para a comercialização (Buainain, 2005).

2 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A Agricultura Familiar é uma agricultura desenvolvida por produtores rurais em suas pequenas propriedades, respaldada pela Lei n. 11.326/2006. Recebe este nome pois é realizada por grupos de famílias, comunidades tradicionais, povos e raramente alguns empregados. A fim de sintetizar o conceito de Agricultura Familiar, Neves (2012, p. 36) assevera que é o modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado.

Este modelo de agricultura é de suma importância, pois, além de alimentar sua própria família, os pequenos produtores alimentam também grande parte da população local. De acordo com Monteiro et al. (2019), é responsável por fornecer, aproximadamente, 70% dos alimentos consumidos no Brasil garantindo uma segurança alimentar e nutricional para o mercado interno.

Hoje pode-se notar a vasta diversidade cultural, social e econômica existente na Agricultura Familiar, indo desde o tradicional campesinato até pequenas produções modernizadas. Buainain e Romeiro (2000), afirmam que a Agricultura Familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado.

Com a promulgação da Lei n. 11.326/2006 a Agricultura Familiar passa a ser reconhecida como profissão no Brasil. Desta forma, limites foram definidos para exploração desta atividade rural a fim de permitir acesso a programas do governo, e incentivos a esta prática agrícola.

Nota-se que a discussão sobre a Agricultura Familiar vem ganhando legitimidade social sendo que um dos temas mais relevantes acerca do assunto é a comercialização da produção da Agricultura Familiar.

Paula, Kamimura e Silva (2014) trazem que o mercado institucional é um dos principais mercados para a comercialização dos pequenos produtores, pois compreende as políticas públicas e programas governamentais. Mas mesmo com o bom desempenho e cultivo os agricultores familiares encontram dificuldades na comercialização de seus produtos.

O termo "mercado institucional" refere-se a um contexto econômico onde as transações comerciais são intermediadas por instituições públicas ou privadas, muitas vezes

envolvendo políticas governamentais direcionadas para determinados setores da economia, como é o caso da Agricultura Familiar (Rover; Darolt, 2021). Nesse contexto, as instituições governamentais desempenham um papel fundamental na organização e regulamentação do mercado, buscando promover a inclusão dos pequenos produtores e garantir sua participação efetiva na economia.

No âmbito do mercado institucional, os agricultores familiares podem se beneficiar de programas de compras públicas, incentivos fiscais, acesso a linhas de crédito especiais, assistência técnica, entre outras medidas destinadas a apoiar e fortalecer esse segmento produtivo. Essas políticas públicas visam não apenas estimular a produção agrícola, mas também promover a segurança alimentar, a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais.

No entanto, apesar das oportunidades oferecidas pelo mercado institucional, os agricultores familiares ainda enfrentam uma série de desafios na comercialização de seus produtos. Estes podem incluir questões como dificuldades de acesso ao mercado, falta de infraestrutura logística, problemas de qualidade e padronização dos produtos, burocracia excessiva, sazonalidade da produção, entre outros fatores que impactam a eficiência e a rentabilidade das atividades comerciais.

Normalmente a comercialização da produção advinda da Agricultura Familiar é realizada através de terceiros, ou seja, intermediários que operam vendas ao comércio final. Deste modo, o pequeno produtor perde autonomia mercantil do seu próprio produto para os grandes centros comerciais. Tudo isso leva o pequeno agricultor ao conformismo a essas situações e nas tomadas de decisões, ao ponto de não acreditar que o esforço de toda a família no campo possa ser recompensado.

De acordo com os estudos de Delgado e Bergamasco (2017), o Brasil, devido às suas vastas dimensões territoriais, enfrenta obstáculos logísticos que dificultam o escoamento da produção da Agricultura Familiar para os principais mercados. A distância entre os pequenos produtores e os compradores de grande volume muitas vezes impede o contato direto, dificultando a comercialização, especialmente de produtos perecíveis.

As políticas públicas têm sim viabilizado este modelo de agricultura (Castilhos, 2002), mas junto a estas políticas estão os requisitos legais e burocráticos.

Existem, hoje, vários programas voltados para este modelo de agricultura, porém, não são todos os pequenos agricultores que têm acesso, uma vez que maioria deles são

dotados de burocracia e diplomas legais a serem seguidos (Niederle et al., 2014). Apesar disso, nossa problemática é voltada para a comercialização destes produtos, o Ministério da Cidadania apresenta o Programa Alimenta Brasil (PAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fazendo enxergar que existem sim os programas, porém eles não são fiscalizados e tampouco são de fácil acesso ao produtor.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), agora denominado Programa Alimenta Brasil (PAB), foi criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, com o objetivo de promover o acesso à alimentação e incentivar a Agricultura Familiar. A Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, trouxe reformulações significativas para aumentar sua eficiência.

Atualmente, o PAB é pouco acessado (Silva, 2023). Embora seja uma boa opção para escoar e vender produtos sem que o agricultor precise sair do campo produtivo, as dificuldades de acesso aumentaram devido à extinção de parte do recurso federal e à burocracia, além da falta de conhecimento sobre o programa.

O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Com a Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sem licitação, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

É cultural a maioria dos produtores pensarem que a produção é sorte (simples, eu planto, colho e vendo), mas ao analisar todos os aspectos sociais e ambientais relacionados, fica claro que não é assim.

Para a comercialização deve-se plantar já pensando na demanda e onde vai comercializar este produto, até mesmo porque a maioria destes produtos são perecíveis, podendo ser armazenados por pouco tempo ou até mesmo não podendo ser armazenados. Aqui fica evidente a necessidade de políticas públicas para que estes produtores possam aprender a planejar seu cultivo.

Pode-se dizer que política pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (Souza, 2006, p. 26).

Inicialmente, o estudo das políticas públicas estava centrado na análise das decisões governamentais e suas consequências. As abordagens mais antigas enfatizavam

a formulação e implementação de políticas, com foco na ação governamental e nos processos burocráticos.

No entanto, ao longo do tempo, os estudiosos perceberam a necessidade de uma compreensão mais abrangente das políticas públicas, levando em consideração os diversos atores e fatores envolvidos. Essa abordagem mais ampla considera que estas políticas são o resultado de uma interação complexa entre o Estado, a sociedade civil, o setor privado e outros grupos de interesse.

Dallari Bucci (2021), pesquisadora com vasto conhecimento e autoridade para tratar da temática das políticas públicas, afirma que, em uma sociedade em desenvolvimento, a inovação governamental depende não apenas de inovações propriamente ditas, mas também, em grande medida, da conjugação dessas com melhorias incrementais. Essas melhorias incrementais podem incluir a simplificação de processos burocráticos, a atualização contínua de tecnologias usadas na administração pública, a capacitação constante dos servidores públicos e a implementação gradual de novas práticas de gestão. Essas ações criam condições de legitimação social, permitindo a permanência e a retroalimentação positiva do processo, garantindo que as políticas públicas sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo.

O campo dos estudos das políticas públicas também se beneficiou do desenvolvimento de métodos de pesquisa mais sofisticados, como a análise de políticas, a avaliação de impacto, a análise de redes e a abordagem baseada em evidências. A mencionada autora Dallari Bucci (2021), em sua obra aduz que o interesse é compreender, de maneira mais acurada, o funcionamento do governo enquanto disparador e condutor de processos de transformação, com o emprego dos meios próprios do Estado ou postos à sua disposição. Essas metodologias são úteis para a compreensão dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Na busca sobre a exata definição sobre o que seja política pública e qual seu papel para a sociedade, pode-se notar que não existe uma única, nem melhor definição, contudo, a definição mais conhecida é a de Laswell (1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses.

Dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos. Muitos foram os modelos desenvolvidos e o mapeamento dos principais é importante porque pode guiar os decisores públicos no momento de elaborar uma dada política pública.

Theodor Lowi (1964), traz em sua obra a mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Para ele, esta máxima quer dizer que tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas.

A partir de seus estudos, Theodor Lowi (1964) conclui-se que há quatro formatos que a política pública pode assumir. O das políticas distributivas é o primeiro, é o processo pelo qual o governo toma decisões sem levar em consideração a escassez de recursos, resultando em impactos mais direcionados a indivíduos específicos em vez de serem universais, ao favorecer certos grupos sociais ou regiões em detrimento do bem-estar coletivo. Políticas públicas que promovem o clientelismo e o patrimonialismo, por exemplo, exemplificam esse tipo de abordagem distributiva.

O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. Já o terceiro tipo é o das políticas redistributivas, que alcançam um maior número de pessoas e resultam em perdas imediatas para certos grupos sociais, enquanto oferecem ganhos incertos e futuros para outros. Essas políticas incluem geralmente medidas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário, e são consideradas as mais desafiadoras de implementar.

O quarto tipo é o das políticas constitutivas, que lidam com os procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar conjuntos distintos de oposições e apoios, sendo assim processadas de maneira também diversa dentro do sistema político.

No contexto do constitucionalismo contemporâneo, destaca-se a categoria das políticas constitutivas, que têm foco nos procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas, ao ser implementada, desencadeia conjuntos específicos de apoios e oposições, o que repercute de maneira diversificada no âmbito do sistema político. Essa dinâmica complexa e variada também possui implicações cruciais no campo do Direito do Agronegócio brasileiro.

As políticas públicas que visam não apenas regular o mercado, mas também promover o desenvolvimento socioeconômico desses produtores. Segundo Bresser Pereira (2009), as políticas públicas são essenciais para garantir um ambiente regulatório favorável e para promover a inclusão desses agricultores nos programas governamentais. Através das políticas distributivas, como exemplificado por Lowi (1964), o Estado direciona recursos específicos para grupos como os agricultores familiares, embora isso possa implicar desafios como o clientelismo e o patrimonialismo.

Além disso, as políticas regulatórias desempenham um papel crucial ao estabelecer normas e padrões para a produção agrícola, conforme discutido por Majone (1997), influenciando desde questões ambientais até critérios de qualidade e segurança alimentar. Já as políticas redistributivas, mencionadas por Roemer (1996), têm o objetivo de equilibrar a distribuição de recursos e benefícios na sociedade, incluindo subsídios agrícolas e programas de transferência de renda que beneficiam diretamente os agricultores familiares.

No contexto brasileiro, as políticas constitutivas desempenham um papel fundamental na estruturação de programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), conforme argumentado por Abramo (2001). Essas políticas não apenas definem os procedimentos de acesso aos recursos públicos, mas também orientam as estratégias de desenvolvimento rural sustentável, proporcionando suporte essencial para os pequenos produtores.

Essas diferentes abordagens refletem não apenas a complexidade das políticas públicas, mas também a sua importância na promoção de condições favoráveis para a Agricultura Familiar, contribuindo para a segurança alimentar, geração de renda e desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais brasileiras.

A política pública destinada à agricultura familiar assumiu grande importância a partir de 1995 com iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Essas políticas visam fortalecer as atividades agrícolas de pequenos produtores através de financiamento subsidiado para serviços agropecuários e não agropecuários. A Embrapa (2024) destaca que essas medidas não apenas promovem a diversificação das atividades nas propriedades familiares, mas também estimulam o empreendedorismo ao apoiar o processamento e a agroindustrialização dos alimentos produzidos. Essas iniciativas são fundamentais para atender às demandas do mercado e promover práticas sustentáveis que garantam a viabilidade econômica, ambiental e social da produção agrícola familiar.

A legislação brasileira define a propriedade familiar como imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e progresso socioeconômico, com área máxima fixada para cada região assim como seu tipo de exploração, podendo ser, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros – Estatuto da Terra, Lei 4.504/64. Posteriormente, a Lei nº 11.326/06 caracteriza a agricultura familiar como sendo aquela desenvolvida em propriedades rurais de até 04 (quatro) módulos fiscais, onde predomina o trabalho familiar sobre a mão-de-obra total do estabelecimento. O valor da unidade “módulo fiscal” é fixado pelo INCRA, e varia de município para município, com base nos critérios do art. nº 4 do Decreto 84.685/80 (BIANCHINI, 2005).

Para Guerra et al. (2007), as grandes e médias propriedades rurais sempre estiveram no foco das políticas agrícolas nacionais, levando a uma crescente marginalização dos agricultores familiares. Este comportamento reproduziu um padrão de desenvolvimento excludente e desigual no meio rural. Aliada à falta de assistência do poder público, o processo de modernização da agricultura, agravou o problema de exclusão, contribuindo para permanência dos problemas sociais no campo e aprofundando ainda mais as desigualdades sociais. O aumento da pobreza nas áreas rurais causou reflexos inclusive nos grandes centros urbanos. Entretanto, apesar da ausência do Estado, o perfil da agricultura familiar brasileira estabeleceu estratégias de reprodução, mantendo sua importância no espaço rural nacional.

As diferentes formas de desenvolvimento da agricultura no Brasil levaram a formação de distintas formas de pequena produção familiar nos mais diversos segmentos produtivos agrícolas e regiões do país. Esta diversidade abrange desde a pequena produção agrícola familiar, descapitalizada e subordinada às grandes propriedades no Nordeste, até a pequena produção agrícola familiar no Sul do Brasil, relativamente autônoma em relação à grande propriedade. Ambas tiveram desdobramentos significativos decorrentes do processo de modernização da agricultura. A modernização produtiva impõe novos papéis aos agricultores, e as políticas institucionais impõem a ampliação e intensificação das superfícies cultivadas, e a necessidade de modificação das técnicas de produção tradicionais de baixa produtividade e/ou subsistência. Tudo isso afeta a pequena produção agrícola familiar (Ribeiro et al., 2016).

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na economia rural brasileira, não apenas pela produção de alimentos, mas também pela promoção da sustentabilidade e pela geração de empregos no campo. Para a pesquisa "Agricultura Familiar:

Políticas Públicas Voltadas para a Comercialização da Produção", é essencial entender como as políticas públicas têm sido desenvolvidas e implementadas para apoiar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar.

A agricultura familiar é caracterizada por propriedades rurais onde a gestão e o trabalho são predominantemente realizados pela família. Este setor é crucial para a segurança alimentar e nutricional, além de contribuir significativamente para a economia nacional. Segundo Grisa e Schneider (2015), a agricultura familiar no Brasil é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos internamente, além de ser um importante agente na preservação ambiental e na manutenção das tradições culturais rurais.

Para fortalecer a agricultura familiar, políticas públicas específicas têm sido formuladas com o objetivo de melhorar a comercialização da produção. Essas políticas são fundamentais para garantir que os agricultores familiares possam acessar mercados de forma mais eficiente e competitiva. Algumas das principais políticas incluem: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) hoje denominado de Programa Alimenta Brasil (PAB), foi criado para garantir a compra direta de produtos da agricultura familiar pelo governo, com o objetivo de formar estoques estratégicos e distribuir alimentos para populações em situação de insegurança alimentar. Este programa não só assegura um mercado para os agricultores familiares, mas também promove a inclusão social e o desenvolvimento local. Outro exemplo é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos da agricultura familiar. Isso cria uma demanda constante e previsível para os produtores familiares, incentivando a diversificação e a qualidade da produção. A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) assegura um preço mínimo para diversos produtos agrícolas, oferecendo uma rede de segurança financeira para os agricultores familiares. Esta política é crucial para proteger os pequenos agricultores contra as flutuações de preços no mercado, garantindo uma renda mínima.

Ao analisar o ciclo das políticas públicas no contexto da comercialização da produção da agricultura familiar, podemos identificar as seguintes etapas: a identificação do problema, que envolve o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares em acessar mercados competitivos e justos; a formulação de alternativas, que

inclui o desenvolvimento de programas e iniciativas que possam melhorar a infraestrutura de comercialização, facilitar o acesso ao crédito e promover a formação de cooperativas; a tomada de decisão, que envolve a escolha das políticas mais viáveis e eficazes para serem implementadas, como o PAB, PNAE e PGPM; a implementação, que consiste na execução das políticas por meio de ações coordenadas entre diferentes níveis de governo e organizações sociais; e a avaliação, que envolve o monitoramento e avaliação contínua dos programas para identificar sucessos e áreas que necessitam de melhorias. Isso inclui a análise do impacto das políticas na renda dos agricultores, na diversificação da produção e na inclusão social.

As políticas públicas voltadas para a comercialização da produção da agricultura familiar são essenciais para promover a sustentabilidade econômica e social dos pequenos produtores. O livro de Grisa e Schneider (2015) oferece uma base teórica e prática valiosa para entender como essas políticas são formuladas e implementadas no Brasil. Para sua dissertação, é crucial explorar como essas políticas têm impactado a vida dos agricultores familiares, bem como identificar desafios e oportunidades para aprimorar essas iniciativas.

Assim, as políticas públicas voltadas a promover a Agricultura Familiar poderiam facilitar no planejamento da produção que é uma das dificuldades que vem se arrastando para o desenvolvimento deste setor. Tendo superado estas dificuldades, o setor poderá então contribuir ainda mais para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde está inserido.

2.1 Agricultura Familiar e seu Papel Social e Econômico

A agricultura familiar brasileira, apesar de não ser recente, assumiu um novo contorno a partir do estudo realizado entre os anos de 1996 e 1999, no âmbito de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os resultados deste estudo indicam que:

[...] “a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infraestrutura etc., não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região” (Bittencourt G.A. e Di Sabbato, 2000, p.7).

O referido convênio Incra/FAO, juntamente com a lei nº 11.326, de 24/07/2006, como anteriormente citado, definiu o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural como sendo aquele que pratica atividades no meio rural que constitui um pilar não só da produção agrícola nacional, mas também como uma entidade socioeconômica distinta e vital para a economia do país. Esse reconhecimento legislativo marca um ponto importante no apoio estatal ao setor, destacando seu papel multifacetado além da mera produção de alimentos. O trabalho e a gestão familiar predominam nesse contexto, caracterizando-se pela dedicação e conhecimento transmitidos ao longo das gerações. A dimensão limitada das terras é uma marca da Agricultura Familiar, muitas vezes operando em áreas menores em comparação com grandes propriedades agrícolas (Brasil, 2006).

A importância da Agricultura Familiar vai além da produção de alimentos, abrangendo a conservação ambiental e a manutenção da biodiversidade por meio de práticas sustentáveis. Nesse contexto, os agricultores familiares são agentes ativos na preservação dos recursos naturais, adotando técnicas agrícolas que minimizam o impacto ambiental, como o uso racional de insumos e a preservação de áreas de mata nativa e nascentes, contribuindo significativamente para a sustentabilidade agrícola, ajudando a proteger ecossistemas e a manter a diversidade biológica (Altieri & Toledo, 2011).

Além disso, segundo Graziano da Silva (2007) a Agricultura Familiar fomenta a preservação cultural e a promoção da coesão social nas comunidades rurais. Quando essas práticas agrícolas tradicionais são mantidas e transmitidas de geração em geração, existe a preservação de saberes e costumes ancestrais, sendo que essa conexão com as raízes culturais fortalece a identidade das comunidades e contribui para a diversidade cultural do Brasil. Autores como Bandeira de Mello (2020) argumentam que simplificar os processos burocráticos é essencial para facilitar o acesso direto ao mercado pelos produtores familiares. Além disso, a presença da Agricultura Familiar promove a criação de emprego e de renda localmente, sustentando economias rurais e fortalecendo os laços comunitários.

Justen Filho (2020) contribui para o debate enfatizando como a simplificação administrativa pode aprimorar o ambiente regulatório, permitindo que os produtos da Agricultura Familiar atinjam os mercados de maneira mais eficiente e competitiva.

A inserção efetiva dos produtos da Agricultura Familiar no mercado também requer uma abordagem que considere as especificidades locais e regionais, conforme

destacado por Bogdandy e Cristofaro (2017). Eles argumentam que políticas públicas devem ser adaptadas para valorizar as práticas agrícolas tradicionais e promover a inclusão desses produtos nos mercados locais e internacionais, garantindo assim o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades rurais.

Portanto, integrar os produtos da Agricultura Familiar nos mercados requer uma abordagem jurídica e econômica integrada, baseada nos princípios do direito administrativo e econômico, conforme discutido por esses doutrinadores. Essa abordagem não apenas fortalece a economia rural, mas também promove um desenvolvimento econômico mais inclusivo e sustentável, respeitando e valorizando as práticas agrícolas tradicionais e a diversidade cultural do Brasil.

Segundo Hugon (2005), a inserção dos produtos dos pequenos produtores no mercado envolve questões fundamentais de direito econômico, que abrangem desde o acesso a crédito até a regulação de mercados. Historicamente, a redemocratização do Brasil na década de 1980, conforme discutido por Tavares (2010), marcou um período de reconhecimento legal e constitucional da Agricultura Familiar. A Constituição de 1988 consagrou dispositivos específicos que fortaleceram o apoio estatal a esse setor, refletindo uma compreensão ampliada de seu papel socioeconômico.

No entanto, a efetiva participação dos agricultores familiares nos mercados, tanto internos quanto externos, enfrenta desafios consideráveis. A falta de infraestrutura adequada e de políticas públicas eficazes limita sua capacidade de competir de maneira justa e sustentável conforme abordado por Pereira e Azure (2015). Para superar esses obstáculos, políticas que promovam a integração dos agricultores familiares nos mercados são essenciais, proporcionando treinamento em gestão comercial e acesso a redes de distribuição mais eficientes (Tavares, 2010).

Além das questões de mercado, a Agricultura Familiar também se depara com desafios climáticos significativos. As mudanças climáticas têm impactado severamente as práticas agrícolas tradicionais, exigindo adaptações constantes e investimentos em técnicas resilientes (Martins, 2019). Nesse sentido, políticas públicas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis e ofereçam suporte técnico são fundamentais para mitigar os efeitos adversos das condições climáticas variáveis.

Adicionalmente, a diversidade na produção de alimentos pela Agricultura Familiar não apenas contribui para a segurança alimentar, mas também preserva a biodiversidade alimentar do país. Culturas locais e variedades tradicionais são

essenciais não só para a nutrição da população, mas também para a conservação genética e a resiliência agrícola (Gomes, 2014). A valorização dessas variedades através de políticas de incentivo à biodiversidade agrícola fortalece a soberania alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, as propriedades familiares, ao adotarem práticas como a rotação de culturas e o uso minimizado de insumos químicos, desempenham um papel vital na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, contribuindo para a sustentabilidade agrícola e ambiental (Altieri & Toledo, 2011). A diversidade cultural, resguardada pelas famílias agricultoras através da preservação de sementes e conhecimentos tradicionais, reflete não apenas um legado histórico, mas fortalece a identidade e o orgulho de comunidades rurais, sublinhando a riqueza cultural do Brasil (Ploeg, 2009).

Historicamente, a Agricultura Familiar no Brasil tem sido um componente essencial e resiliente da paisagem agrícola, adaptando-se continuamente aos desafios impostos por diferentes contextos econômicos e políticos. Desde os primórdios da colonização, quando as atividades agrícolas se concentravam na subsistência e no abastecimento local, até o período do "milagre econômico" brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, a Agricultura Familiar desempenhou papéis diversos e fundamentais na economia do país (Wanderley, 2000).

Segundo Souza (2017) durante o "milagre econômico", a Agricultura Familiar contribuiu significativamente para o abastecimento do mercado interno, fornecendo alimentos essenciais para a população urbana em expansão. Sua capacidade de adaptação e sua resiliência socioeconômica foram evidenciadas nesse período, à medida que os agricultores familiares buscavam formas de aumentar a produtividade e responder à demanda crescente por produtos agrícolas.

Ademais, a redemocratização do Brasil na década de 1980 representou um marco importante para a Agricultura Familiar, pois com a promulgação da Constituição de 1988, a inclusão de dispositivos específicos relacionados à Agricultura Familiar fortaleceu o reconhecimento e o suporte estatal a esse setor. Posteriormente, a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a promulgação da Lei nº 11.326/2006 consolidaram ainda mais o papel imperativo da Agricultura Familiar para a segurança alimentar, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável (Brasil, 1988; Brasil, 2006).

De acordo com Ferreira e Mafra (2016) esses avanços legislativos e políticos refletiram um reconhecimento crescente da importância socioeconômica da Agricultura Familiar no contexto nacional. Sendo assim, o apoio estatal, expresso por meio do PRONAF e de outras políticas, demonstrou um compromisso renovado em garantir condições favoráveis para o desenvolvimento e a sustentabilidade da Agricultura Familiar no Brasil.

A contribuição da Agricultura Familiar para o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola do Brasil é significativa, representando uma parte substancial da economia rural do país, mas essa contribuição não se limita apenas à eficiência produtiva, mas também se estende à geração de renda e empregos, fomentando um desenvolvimento econômico mais inclusivo e sustentável. Além disso, a presença da Agricultura Familiar no panorama agrícola nacional tem se destacado, não apenas pelo volume de produção, mas pelo impacto positivo em termos de distribuição de riqueza e oportunidades, especialmente em regiões rurais e menos desenvolvidas (IBGE, 2017).

Apesar da sua relevância econômica e nutricional, a Agricultura Familiar enfrenta uma série de desafios que limitam o pleno desenvolvimento e potencial dessa atividade no Brasil. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares está relacionada ao acesso a crédito e tecnologia adequada para melhorar a produtividade e competitividade de suas atividades agrícolas (Santos & Rocha, 2014). A falta de acesso ao crédito dificulta os investimentos necessários em infraestrutura, maquinário e insumos modernos, limitando a capacidade de expansão e modernização das propriedades familiares. Sem contar que, a ausência de tecnologias adaptadas às realidades locais representa um obstáculo significativo para a maximização da produção e eficiência no campo (Ferreira, 2016).

As mudanças climáticas também representam uma ameaça crescente para a Agricultura Familiar no Brasil, especialmente em regiões vulneráveis como o Nordeste. Segundo Machado Filho (2016), agricultores familiares nessas áreas enfrentam impactos diretos das secas mais frequentes e intensas em seus negócios e, por esse motivo, eles têm buscado estratégias de adaptação, como sistemas de captação e armazenamento de água da chuva. Além disso, a promoção de práticas agrícolas resilientes ao clima, como o cultivo de variedades adaptadas e o manejo conservacionista do solo, pode aumentar a resiliência da Agricultura Familiar frente aos desafios climáticos em evolução. Entretanto, de acordo com Andrade et al. (2014)

a intensificação das secas e o aumento das temperaturas tem afetado, além da produção, a saúde dos agricultores familiares e suas comunidades, exigindo respostas adaptativas e políticas específicas para enfrentar esses desafios.

Esses eventos climáticos extremos demonstram a necessidade urgente de políticas adaptativas robustas e suporte governamental para a Agricultura Familiar. A implementação de sistemas de captação de água da chuva, cultivo de variedades resistentes à seca e manejo do solo são estratégias vitais para melhorar a resiliência dos agricultores familiares diante das mudanças climáticas. Além disso, a criação de programas específicos para mitigar os impactos das secas e alagamentos pode auxiliar na manutenção da produção e na proteção da saúde e bem-estar das comunidades rurais.

Outro desafio enfrentado pela Agricultura Familiar é a integração nos mercados, tanto internos quanto externos. Muitos agricultores familiares encontram dificuldades para acessar canais de distribuição eficazes e com custos acessíveis, o que se tornam barreiras importantes que os atrapalham a comercializar seus produtos de forma competitiva, diminuindo assim, sua capacidade de negociação (Altieri & Toledo, 2011). Essa falta de capacidade de negociação e a dependência de intermediários muitas vezes resultam em margens de lucro reduzidas e instabilidade financeira para os agricultores familiares. Segundo Pereira e Azure (2019), para superar esses desafios, políticas públicas eficazes são necessárias para promover a integração dos agricultores familiares nos mercados, proporcionando treinamento em gestão comercial e acesso a redes de distribuição mais eficientes.

Existe, ainda o desafio referente aos investimentos em educação e capacitação. Estima-se que apenas 30% dos agricultores familiares têm acesso a programas de treinamento técnico e gestão agrícola. Esses programas de desenvolvimento de habilidades empresariais podem capacitar os agricultores familiares a adotarem práticas agrícolas mais sustentáveis, melhorar a eficiência de suas operações e acessar novos mercados, além de contribuir para a valorização das tradições e negócios locais e para o fortalecimento da identidade das comunidades rurais, promovendo o desenvolvimento humano e social no campo. Nesse sentido, a promoção de escolas agrícolas e programas de extensão rural tem o poder de contribuir para disseminar boas práticas agrícolas e para difundir tecnologias adaptadas à Agricultura Familiar, aumentando o conhecimento e as habilidades dos

agricultores e, conseqüentemente, capacitando-os e preparando-os para melhor atuar em um mercado competitivo (Almeida, 2021).

Sendo assim, os governos precisam implementar medidas específicas para facilitar o acesso ao crédito rural, oferecer linhas de financiamento acessíveis e promover a inovação tecnológica adaptada às necessidades das propriedades familiares (Graziano da Silva, 2007). Além disso, o suporte à comercialização é fundamental para garantir que os produtos dos agricultores familiares alcancem os mercados de maneira competitiva e justa. Dessa forma, ao superar esses desafios, a Agricultura Familiar poderá desempenhar um papel ainda mais relevante no desenvolvimento sustentável do país, contribuindo para a segurança alimentar, para a preservação ambiental e para a inclusão social.

Investimentos e políticas que reconheçam sua multifuncionalidade, abordem seus desafios e valorizem suas contribuições são fundamentais para assegurar não apenas a segurança alimentar e a conservação ambiental, mas também a prosperidade de comunidades rurais em toda a nação. A Lei nº 11.326/2006 estabelece um sólido reconhecimento legal, mas é o desenvolvimento e a implementação contínua de políticas integradas e sensíveis às necessidades da Agricultura Familiar que garantirão seu suporte e promoção efetivos no longo prazo (Brasil, 2006; Graziano da Silva, 2007; Altieri & Toledo, 2011).

Estudos regionais se mostram importantes ao destacar as especificidades e a importância da Agricultura Familiar em diferentes contextos geográficos e socioeconômicos do Brasil. No Sul do país, Schneider e Cassol (2014) realizaram uma análise abrangente da diversidade da Agricultura Familiar, ressaltando a notável capacidade de adaptação desses agricultores às mudanças de mercado e às condições ambientais específicas da região. Esses agricultores familiares demonstram uma habilidade excepcional em ajustar suas práticas agrícolas de acordo com as demandas do mercado e as características do ambiente, garantindo a sustentabilidade de suas atividades ao longo do tempo.

Além disso, Schneider e Cassol (2014) destacam a importante contribuição dos agricultores familiares do Sul na preservação de variedades locais de culturas alimentares e práticas agrícolas tradicionais, pois essa preservação não apenas conserva a diversidade genética das plantas cultivadas, mas também mantém vivas as tradições agrícolas únicas da região. Nesse contexto, essas práticas se mostraram

benéficas para a segurança alimentar local, e também para a manutenção da identidade cultural e o fortalecimento das comunidades rurais do Sul do Brasil.

Por outro lado, na região do Nordeste, a Agricultura Familiar enfrenta desafios específicos devido ao clima semiárido e à escassez de recursos hídricos. Saquet (2012) discute como as estratégias de convivência com o semiárido, apoiadas por políticas públicas como o Programa de Cisternas, têm permitido aos agricultores familiares nordestinos não apenas sobreviver, mas também prosperar, produzindo alimentos de forma sustentável em um ambiente desafiador.

Nessa região, onde a disponibilidade de água é uma preocupação constante, o Programa de Cisternas se tornou uma medida ímpar para garantir a segurança hídrica das famílias agricultoras, permitindo o armazenamento e uso eficiente da água da chuva durante períodos de seca prolongada. Iniciativas como essas demonstram como a adaptação e a inovação são essenciais para enfrentar os desafios climáticos e promover a sustentabilidade na Agricultura Familiar, proporcionando condições mais favoráveis para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais (Saquet, 2012).

Na Amazônia, a Agricultura Familiar se destaca por sua relevância na conservação ambiental e no uso sustentável dos recursos naturais. A pesquisa conduzida por Lima et al. (2015) ilustra como os sistemas agroflorestais administrados por agricultores familiares contribuem significativamente para a biodiversidade e para a sustentabilidade econômica na região. Esses sistemas oferecem uma alternativa viável ao desmatamento e à exploração predatória, ao combinar práticas agrícolas com o manejo sustentável da floresta. Uma vez que, ao integrar culturas agrícolas com árvores nativas, esses sistemas agroflorestais promovem a conservação do solo, a regeneração da vegetação e a preservação da biodiversidade, ao mesmo tempo em que garantem fontes de renda estáveis para as famílias rurais da Amazônia.

Esta análise reforça o reconhecimento da Agricultura Familiar como um pilar da economia rural brasileira, com um papel insubstituível na produção de alimentos, na preservação da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, também é evidenciado que, apesar dos avanços promovidos por políticas públicas específicas, ainda existem desafios consideráveis, que variam conforme as realidades regionais. Essa complexidade reitera a necessidade de uma abordagem multifacetada nas políticas públicas, que considere as especificidades locais e regionais, para efetivamente apoiar e fortalecer a Agricultura Familiar em todo o Brasil.

2.2 Políticas públicas para a Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar no Brasil tem suas raízes profundas na história socioeconômica do país, remontando ao período colonial, caracterizado por um sistema agrário baseado na grande propriedade e na monocultura de exportação. Esta estrutura foi sustentada inicialmente pelo trabalho indígena e, posteriormente, pelo trabalho escravo africano, relegando a pequena produção familiar a uma posição marginal na economia colonial (Fernandes, 2000).

Após a abolição da escravatura em 1888, a Agricultura Familiar começou a ganhar mais visibilidade, embora ainda de forma limitada, na medida em que o país enfrentava o desafio de integrar os libertos e imigrantes no tecido produtivo nacional. Contudo, foi no século XX, especialmente com a Era Vargas (1930-1945), que o Estado brasileiro começou a modernizar a agricultura com a criação de instituições de apoio, como o Serviço de Extensão Rural, embora ainda com um enfoque predominantemente voltado para a agricultura de exportação (Graziano da Silva, 1999).

A democratização do Brasil na década de 1980 marcou um ponto de virada significativo, com a Constituição de 1988 reconhecendo a função social da propriedade rural e a necessidade de reforma agrária, estabelecendo um marco legal para políticas mais inclusivas em relação à Agricultura Familiar (Schneider, 2003). O Artigo 187¹ da Constituição também estabelece diretrizes para a política agrícola, determinando que ela deve ser planejada e executada com base na participação de produtores e trabalhadores rurais, e na justa distribuição dos benefícios da atividade agrícola. Além disso, o Artigo 23, inciso VIII, define que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, o que reforça a importância da

¹ Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais; II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia; IV - a assistência técnica e extensão rural; V - o seguro agrícola; VI - o cooperativismo; VII - a eletrificação rural e irrigação; VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais. § 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

cooperação entre as esferas de governo para o desenvolvimento da Agricultura Familiar.

O PRONAF, criado em 1995 e instituído oficialmente pela Lei nº 11.326 de 2006, representa a política mais emblemática de apoio à Agricultura Familiar no Brasil. O programa visa facilitar o acesso ao crédito e à assistência técnica, promovendo a diversificação da produção e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. O PRONAF tem sido necessário para aumentar a capacidade produtiva e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, oferecendo linhas de crédito com taxas de juros reduzidas para financiar desde custeio produtivo até investimentos em infraestrutura na propriedade rural (Guanziroli, Carlos E., et al, 2013).

Apesar de seu sucesso, o programa enfrenta críticas quanto à burocracia envolvida no acesso ao crédito e à adequação dos projetos financiáveis às reais necessidades dos agricultores familiares, especialmente aqueles em regiões mais remotas.

O PAA, estabelecido pela Lei nº 10.696, de 2003, é uma política inovadora que visa promover o acesso de agricultores familiares aos mercados, ao mesmo tempo que combate a fome e a insegurança alimentar. O programa compra alimentos de agricultores familiares sem necessidade de licitação, destinando-os a pessoas em situação de vulnerabilidade. O PAA, hoje denominado Programa Alimenta Brasil (PAB), é elogiado por fortalecer a Agricultura Familiar e promover a segurança alimentar, embora enfrente desafios como a variabilidade dos recursos orçamentários e questões logísticas (Sambuichi, et al. 2014).

O PNAE, que tem suas origens em 1955, mas foi significativamente reformulado pela Lei nº 11.947, de 2009, foca na inclusão de alimentos produzidos por agricultores familiares na alimentação escolar. A lei estabelece que no mínimo 30% dos recursos do fundo nacional de desenvolvimento da educação devem ser usados para comprar produtos diretamente da Agricultura Familiar, incentivando hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes e promovendo o desenvolvimento local. Apesar de seu impacto positivo, o PNAE enfrenta desafios relacionados à implementação da lei em todos os municípios e às vezes à qualidade e diversidade dos produtos disponíveis (Triches, e Schneider, 2010).

Além do arcabouço constitucional, a Lei de Política Agrícola de 1991 desempenha um papel crucial no suporte à Agricultura Familiar. Essa legislação define princípios, objetivos e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável

da agricultura, assegurando que os agricultores familiares tenham acesso a mercados, crédito e assistência técnica, elementos essenciais para sua plena integração no sistema produtivo e na comercialização de seus produtos. A lei, em particular, dá ênfase à importância da comercialização agrícola, ao prever mecanismos que facilitam a inserção dos produtos no mercado, o que é vital para garantir a viabilidade econômica dos pequenos produtores. (Brasil, 1991).

Cada um desses programas reflete a evolução das políticas públicas de apoio à Agricultura Familiar no Brasil, demonstrando um compromisso crescente com a sustentabilidade, a segurança alimentar, e o desenvolvimento rural. Contudo, para maximizar seus benefícios, é imprescindível abordar os desafios existentes através da simplificação dos processos burocráticos, garantindo recursos financeiros consistentes e adequando as políticas às necessidades locais dos agricultores familiares.

De acordo com Assis (2014) no âmbito das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar, estas têm um impacto significativo nas diferentes regiões do Brasil, como foi citado, pois cada uma com suas próprias características e desafios enfrentam dificuldades regionalizadas. Em áreas remotas ou economicamente desfavorecidas, o apoio governamental pode ter um efeito transformador no desenvolvimento socioeconômico local, no que diz respeito à inclusão da promoção da diversificação produtiva, do fortalecimento das cadeias de valor agrícola e da geração de empregos nas comunidades rurais. “O desenvolvimento regional inclusivo depende da capacidade do governo de adaptar suas políticas às necessidades específicas de cada região” (Meira, 2013, p. 17). Isso pode envolver a criação de programas específicos de incentivo à Agricultura Familiar, como a facilitação do acesso a mercados locais e a promoção de sistemas de certificação que valorizem produtos de qualidade produzidos de forma sustentável por esses produtores familiares.

Outro desafio, segundo Borba (2013) está voltado para a criação de políticas que promovam a conservação dos recursos hídricos, a restauração de áreas degradadas e a proteção da biodiversidade, os quais são essenciais para garantir a sustentabilidade da Agricultura Familiar a longo prazo. Nessa temática, o governo pode implementar medidas de incentivo à recuperação de áreas degradadas e à

preservação de áreas de vegetação nativa, contribuindo para a segurança hídrica e a resiliência das comunidades rurais.

É possível ainda, que os governos se sintam engajados em promover fóruns de participação social, consultas públicas e parcerias com organizações da sociedade civil para envolver os agricultores familiares no processo de tomada de decisões, pois ao promover o engajamento comunitário, por meio das políticas públicas, estes podem fortalecer a coesão social e contribuir para a construção de comunidades rurais mais resilientes e autossuficientes. Isso inclui o apoio a iniciativas de educação rural, capacitação em empreendedorismo e fortalecimento das organizações locais de produtores. “Esses aspectos destacam a importância crítica das políticas públicas para a Agricultura Familiar, visando superar desafios, aproveitar oportunidades e promover um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo em todo o Brasil” (Zerbato, 2013, p. 4).

A Constituição Federal de 1988 é um marco significativo para a agricultura familiar no Brasil. Ela reconhece a importância desse setor em vários artigos, garantindo direitos e estabelecendo diretrizes fundamentais, como o disposto no Artigo 184, que trata da reforma agrária, assegurando a distribuição justa da terra e promovendo a função social da propriedade. Além disso, o Artigo 186 define os critérios para a função social da propriedade rural, exigindo o aproveitamento racional e adequado da terra, a utilização correta dos recursos naturais, a preservação do meio ambiente, o respeito às disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores. O Artigo 187 estabelece as diretrizes da política agrícola, enquanto o Artigo 23, inciso VIII, disciplina a competência para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Em âmbito infraconstitucional, a Lei de Política Agrícola (Brasil, 1991) desempenha um papel essencial ao estabelecer os princípios, objetivos e diretrizes relacionados à comercialização e à agricultura familiar. A lei promove o desenvolvimento sustentável da agricultura no Brasil, assegurando que os pequenos agricultores tenham acesso a mercados, crédito, e assistência técnica. Esses elementos são cruciais para a inclusão dos agricultores familiares na economia nacional e para a garantia de sua sustentabilidade a longo prazo.

A Constituição também destaca a importância da agricultura familiar como uma peça-chave para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável do país. A

Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, instituída pela Lei n. 11.326/2006, estabelece diretrizes específicas para a promoção e apoio à agricultura familiar. Esta política engloba várias áreas, incluindo crédito rural, que facilita o acesso ao crédito para agricultores familiares, promovendo investimentos e melhorias nas propriedades rurais. A assistência técnica e extensão rural (ATER) oferece apoio técnico para melhorar a eficiência e a sustentabilidade das práticas agrícolas, enquanto iniciativas de comercialização promovem a inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado, fortalecendo circuitos curtos de comercialização. O seguro agrícola protege os agricultores contra perdas causadas por adversidades climáticas e outros fatores, e a previdência social rural assegura direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, contribuindo para sua segurança e estabilidade.

O Estado de Goiás e o Município de Rio Verde também possuem políticas específicas de apoio à agricultura familiar. O Programa Juro Zero (Lei Municipal nº 7.417/2023 e Decreto Municipal nº 1.847/2023) implementado no município de Rio Verde, é uma iniciativa que visa apoiar os pequenos produtores rurais e agricultores familiares, oferecendo financiamentos a juros subsidiados, facilitando o acesso ao crédito e incentivando a produção local. Essa medida é crucial para reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento econômico sustentável na região. Além disso, o Estado de Goiás possui várias políticas de apoio, como assistência técnica e extensão rural, programas de fomento à agroecologia e incentivos para práticas agrícolas sustentáveis e ecologicamente corretas. (EMATER-GO)

É essencial analisar como essas políticas se adaptam e se diferenciam nas diversas regiões do Brasil, especialmente no Estado de Goiás e no Município de Rio Verde, para compreender as especificidades regionais e os desafios e oportunidades específicos enfrentados pelos agricultores familiares em diferentes contextos. Para atender à recomendação de maior profundidade na pesquisa, sugere-se uma análise detalhada das políticas públicas, avaliando seu impacto na vida dos agricultores familiares, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Incluindo estudos de caso de agricultores familiares no estado de Goiás para ilustrar as especificidades regionais e os resultados das políticas locais, comparando as políticas de Goiás com outras regiões do Brasil para identificar boas práticas e possíveis melhorias, e explorando a evolução histórica das políticas de apoio à agricultura

familiar, além de como elas se adaptaram às mudanças socioeconômicas e ambientais ao longo do tempo. Assim, a pesquisa se torna mais robusta, abrangente e relevante, proporcionando uma análise aprofundada da agricultura familiar e das lacunas de políticas para a comercialização de sua produção no contexto brasileiro.

2.3 Desafios e oportunidades na comercialização da Agricultura Familiar

A comercialização dos produtos oriundos da Agricultura Familiar no Brasil representa um cenário complexo, entrelaçado por desafios significativos, mas também marcado por oportunidades únicas para fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Esta subseção examina, sob uma perspectiva acadêmica, os principais obstáculos enfrentados pela Agricultura Familiar no acesso e na efetivação da comercialização de seus produtos, assim como as possibilidades que se desdobram deste contexto.

O acesso restrito a mercados constitui um dos principais desafios para a Agricultura Familiar. Esta limitação é exacerbada por uma série de fatores, incluindo a dominância de grandes produtores e intermediários nos mercados, a inadequação da infraestrutura de transporte e logística, e a distância física de centros comerciais significativos (Grisa & Schneider, 2014). A competição desleal com produtos da agricultura em larga escala, muitas vezes subsidiados e beneficiados pela economia de escala, coloca a Agricultura Familiar em uma posição desvantajosa em termos de preços e competitividade no mercado (MDA, 2012).

No tocante ao acesso restrito a mercados devido à predominância de grandes produtores, isso representa um desafio complexo e distante para os agricultores familiares no Brasil, pois a concentração significativa do mercado por parte de grandes empresas e produtores agrícolas cria barreiras significativas para os agricultores familiares, que geralmente operam em menor escala e têm recursos limitados em comparação com seus concorrentes maiores (Paranhos, 2012).

Nesse contexto, uma das principais questões é a disparidade no poder de negociação e influência no mercado, pois grandes produtores e empresas agrícolas têm a capacidade de operar em larga escala, o que lhes confere vantagens competitivas em termos de custos de produção, distribuição e marketing. Isso, muitas vezes, resulta em preços mais baixos e maior eficiência na comercialização de seus produtos, o que pode ser difícil de ser igualado pelos agricultores familiares.

Além disso, segundo Paranhos (2012) a concentração do mercado pode levar à formação de oligopólios ou monopólios, nos quais um pequeno número de empresas controla uma parte significativa da oferta e distribuição de alimentos, criando um ambiente de mercado restritivo e hostil para os agricultores familiares, que podem ter opções limitadas de compradores e canais de distribuição, reduzindo suas oportunidades de acesso a mercados e negócios lucrativos.

Os grandes compradores, como redes de supermercados e indústrias de processamento de alimentos, muitas vezes impõem padrões e requisitos rigorosos em termos de qualidade, embalagem e conformidade regulatória e, para os agricultores familiares, cumprir esses requisitos pode ser desafiador devido às limitações de recursos financeiros e técnicos, o que os coloca, mais uma vez, em desvantagem competitiva em relação aos grandes produtores (Souza, 2015).

De acordo com Souza (2015), para abordar esses desafios é fundamental implementar políticas públicas abrangentes que promovam a inclusão e a equidade nos mercados agrícolas, incluindo o fortalecimento da capacidade de negociação dos agricultores familiares por meio de cooperativas e associações, investimentos em infraestrutura de transporte e armazenamento para reduzir os custos logísticos, e programas de capacitação em gestão empresarial e marketing para melhorar sua competitividade.

A problemática da logística e do armazenamento inadequados representa uma significativa barreira para os agricultores familiares no Brasil (Grisa & Schneider, 2014; Meireles; Ramos, 2019, p. 27). Muitas vezes, esses produtores enfrentam desafios para preservar a qualidade dos seus produtos e agregar valor por meio do processamento, devido à falta de infraestrutura adequada. A carência de instalações adequadas de armazenamento refrigerado ou em condições ideais de temperatura e umidade pode levar à deterioração dos alimentos, resultando em perdas significativas para os produtores (Grisa & Schneider, 2014). Além disso, a falta de acesso a tecnologias modernas de processamento e embalagem também limita a capacidade dos agricultores familiares de agregar valor aos seus produtos, reduzindo suas oportunidades de ampliar os canais de comercialização e conquistar novos mercados.

Outro desafio enfrentado pelos agricultores familiares é a escassez de informações precisas e atualizadas sobre o mercado (Meireles; Ramos, 2019, p. 27). A falta de dados confiáveis sobre as demandas e preferências dos consumidores dificulta a elaboração de estratégias eficazes de comercialização. Muitos produtores

rurais dependem de intermediários ou atravessadores para vender seus produtos, devido à falta de conhecimento sobre os preços praticados no mercado ou sobre as oportunidades de nicho que poderiam explorar (MDA, 2012). Essa dependência pode resultar em margens de lucro reduzidas para os agricultores familiares, que muitas vezes recebem uma parcela pequena do valor final dos produtos vendidos.

Apesar dos desafios enfrentados pela Agricultura Familiar na comercialização, existem oportunidades significativas que podem ser exploradas para fortalecer os produtores rurais e fomentar o desenvolvimento local. Uma dessas oportunidades é representada pelos mercados locais e pelos circuitos curtos de comercialização. Esses canais diretos de venda oferecem aos agricultores familiares a possibilidade de vender seus produtos diretamente aos consumidores da comunidade ou da região. Esse modelo de comercialização pode garantir preços mais justos aos agricultores, ao mesmo tempo em que promove a economia local, incentivando a produção e o consumo de alimentos regionais e saudáveis. Esses mercados locais proporcionam uma conexão direta entre produtores e consumidores, criando oportunidades para os agricultores familiares diversificarem seus produtos e adaptarem suas culturas às demandas eminentes (Altieri & Toledo, 2011).

Os circuitos curtos de comercialização também contribuem para reduzir a dependência de longas cadeias de distribuição, minimizando o tempo e a distância entre a produção e o consumo, o que não apenas beneficia os agricultores familiares, que têm maior controle sobre a comercialização de seus produtos, mas também os consumidores, que têm acesso a alimentos frescos e de qualidade, cultivados e comercializados de forma sustentável. Além disso, ao promover a produção e o consumo de alimentos regionais, esses mercados locais valorizam a diversidade agrícola e cultural de cada região, preservando variedades tradicionais de culturas e promovendo a segurança alimentar (Santos, 2013).

Além disso, segundo Fernandes e Marinho (2016) é importante destacar que essas iniciativas contribuem para a redução do desperdício de alimentos, uma vez que promovem a comercialização direta entre produtores e consumidores, evitando a dependência de longas cadeias de distribuição. Assim, os agricultores familiares também têm a oportunidade de diversificar seus produtos e adaptar suas culturas às demandas do mercado local, explorando nichos de mercado e valorizando a produção sustentável.

No contexto da sustentabilidade, os mercados locais e os circuitos curtos de comercialização desempenham um papel importante na redução da pegada ambiental dos alimentos, uma vez que minimizam a necessidade de transporte de longa distância e reduzem as emissões de carbono associadas, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis, alinhadas aos princípios da agroecologia e da Agricultura Familiar (Santos et al., 2014).

Além disso, a cooperação e a formação de cooperativas e associações de agricultores potencializam o acesso a mercados e a partilha de recursos entre os membros da comunidade agrícola, facilitando a negociação coletiva, permitindo que os agricultores familiares vendam seus produtos em maior escala e com maior poder de barganha. Através dessa cooperação, os agricultores podem compartilhar custos de transporte, armazenamento e processamento, reduzindo assim os custos individuais e aumentando a eficiência operacional (Ploeg, 2009).

Segundo Ploeg (2009) essas estratégias colaborativas não apenas fortalecem os agricultores familiares do ponto de vista econômico, mas também promovem a solidariedade e o desenvolvimento comunitário nas áreas rurais. Essas cooperativas e associações permitem a troca de conhecimentos e experiências entre os produtores, estimulando a inovação e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e, além disso, ao se organizarem coletivamente, os agricultores familiares conseguem enfrentar desafios comuns, como a falta de infraestrutura e a instabilidade dos mercados, fortalecendo assim sua resiliência e capacidade de adaptação às mudanças ambientais e econômicas que, normalmente, são enfrentadas por eles.

Além disso, o incentivo às práticas agrícolas sustentáveis é fundamental para garantir a viabilidade a longo prazo da Agricultura Familiar, pois os investimentos em capacitação técnica e apoio à adoção de técnicas agroecológicas ajudam os agricultores a melhorarem a produtividade de forma ambientalmente responsável. Nesse sentido, a legislação atual, incluindo a Lei nº 11.326/2006, proporciona um marco legal para o apoio à Agricultura Familiar, mas a adaptação e expansão contínua dessas iniciativas são fundamentais para assegurar que as oportunidades de mercado sejam amplamente acessíveis a todos os agricultores familiares.

Existe ainda, a necessidade da colaboração entre os diversos atores do setor agrícola, incluindo governos, organizações não governamentais e empresas privadas, as quais também desempenham um papel crucial no desenvolvimento e na

implementação de políticas eficazes para a Agricultura Familiar, pois a criação de parcerias estratégicas pode ajudar a superar desafios complexos, como a infraestrutura precária e a falta de acesso a informações de mercado.

Os governos podem desempenhar papel crucial criando e implementando políticas que apoiem a Agricultura Familiar, oferecendo incentivos, subsídios e programas de capacitação. As organizações não governamentais (ONGs), por sua vez, podem fornecer conhecimento técnico, treinamento e apoio direto às comunidades rurais, facilitando o acesso a recursos e tecnologias inovadoras (Rodrigues; Fernandes, 2012).

De acordo com Carvalho (2009) as empresas privadas também têm um papel importante nessa parceria, especialmente ao investir em cadeias de abastecimento inclusivas e sustentáveis, colaborando com agricultores familiares para melhorar as práticas agrícolas e promover o acesso a mercados mais lucrativos até então fora do alcance desses empreendedores familiares.

Para analisar esses desafios e com uma análise da Teoria Crítica do Direito, é possível entender que as políticas públicas e normativas direcionadas ao setor muitas vezes acabam por reproduzir desigualdades, ao invés de atenuá-las. Coelho (1999) argumenta que o Direito, ao instituir políticas e normas, tende a favorecer grandes produtores e empresas, marginalizando os pequenos agricultores familiares com burocracias e regulamentações que exigem um grau de estrutura e investimento que nem sempre possuem. Junior (2002) enfatiza a importância de um Direito voltado para as necessidades da população, especialmente dos grupos historicamente excluídos, como os agricultores familiares da região do sudoeste goiano. A abordagem crítica permite identificar como as políticas de comercialização, ainda que destinadas ao apoio da agricultura familiar, por vezes não se mostram alinhadas com a realidade dos pequenos produtores, demonstrando uma ineficácia estrutural que favorece grandes conglomerados.

Juntas, essas entidades podem fortalecer as capacidades comerciais da Agricultura Familiar, estimulando o desenvolvimento econômico rural de forma sustentável. Ao investir nesse setor e promover parcerias estratégicas, o Brasil pode alcançar um desenvolvimento mais duradouro e inclusivo, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades rurais em todo o país, conforme apontado por Prates (2020).

Dado esse contexto, o próximo capítulo, Barreiras Legais e Regulatórias, aprofundou a análise das regulamentações de qualidade e segurança alimentar, o acesso a mercados e canais de distribuição, e os desafios logísticos enfrentados pelos agricultores familiares. Entender essas barreiras é essencial para identificar os obstáculos específicos que precisam ser superados para promover uma maior inclusão dos pequenos produtores nos programas de comercialização.

3 BARREIRAS LEGAIS E REGULATÓRIAS

A Lei nº 11.326/2006 (Brasil, 2006) estabelece um marco legal essencial para a identificação, reconhecimento, inscrição e delimitação dos espaços ocupados pelos agricultores familiares no Brasil. Sancionada em 24 de julho de 2006, esta legislação foi desenhada para atender às necessidades específicas da Agricultura Familiar, segmento vital para a economia agrícola do país e para a segurança alimentar nacional.

A referida norma jurídica define claramente quem são os agricultores familiares, baseando-se em critérios como o tamanho da propriedade, o uso predominante da mão de obra familiar na exploração agrícola, e a gestão da propriedade realizada pelos membros da família. Este reconhecimento legal é crucial, pois qualifica os agricultores para acessarem uma gama de políticas públicas, incluindo programas de crédito específicos, assistência técnica e subsídios governamentais.

Marques (2012) ressalta a importância de uma definição adequada de Agricultura Familiar. Segundo ele, uma compreensão clara e abrangente de quem são os agricultores familiares é fundamental para a implementação eficaz de políticas públicas destinadas a este grupo. Marques argumenta que sem uma definição precisa, os esforços para direcionar recursos e suporte para melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares podem ser mal aplicados ou insuficientes. Portanto, a Lei nº 11.326/2006 não apenas proporciona essa definição, mas também estabelece a base legal para o reconhecimento e suporte contínuo dos agricultores familiares, assegurando que eles não sejam marginalizados nas agendas políticas e econômicas do país.

Como discutido no capítulo anterior, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) desempenha um papel crucial no apoio ao desenvolvimento sustentável do setor agrícola familiar no Brasil. Ao facilitar o acesso a financiamentos com condições favoráveis, o PRONAF visa incentivar a produção agrícola, a geração de renda e o bem-estar dos agricultores familiares. No entanto, conforme destacado por Valadares (2021), o programa enfrenta críticas significativas relacionadas à sua complexidade burocrática, que impede muitos agricultores de acessarem os recursos disponíveis. A dificuldade de navegação nos procedimentos administrativos, a exigência de documentação extensa e o tempo de processamento

prolongado são algumas das barreiras que diminuem a eficácia do programa em atender seu público-alvo.

Em resposta a esses desafios, a Instrução Normativa nº 83/2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi promulgada para detalhar e, idealmente, simplificar os procedimentos para o acesso a créditos dentro do PRONAF. Esta legislação visa melhorar a transparência e a compreensão dos processos envolvidos, reduzindo a carga burocrática e facilitando a aplicação pelos agricultores. A normativa estabelece critérios claros e passos a seguir, que pretendem tornar o acesso ao financiamento mais direto e menos suscetível a interpretações que possam retardar ou obstruir o acesso aos fundos (MAPA, 2020).

Apesar dessas iniciativas legislativas, ainda há muito a ser feito para que o PRONAF atenda efetivamente às necessidades da Agricultura Familiar. É necessário um esforço contínuo para monitorar a implementação das políticas, ajustando-as conforme necessário para garantir que os benefícios do programa alcancem aqueles que realmente precisam. Além disso, seria benéfico implementar programas de treinamento e assistência para os agricultores, para que eles possam compreender e navegar no sistema de financiamento com maior facilidade.

Por outro lado, a reforma agrária no Brasil tem sido uma questão crítica e controversa ao longo das últimas décadas. Conforme descrito por Stédile (2017), a lenta implementação da reforma agrária representa um obstáculo significativo para os agricultores familiares que lutam pelo acesso à terra. A ineficiência do processo não apenas impede a redistribuição equitativa da terra, mas também perpetua um ciclo de pobreza e dependência entre as comunidades rurais mais vulneráveis. A falta de progresso na reforma agrária reflete-se na desigualdade persistente na posse de terra, onde uma grande parcela do território ainda está concentrada nas mãos de poucos. Para os agricultores familiares, o acesso à terra é fundamental não só para a subsistência, mas também como uma fonte de segurança econômica e empoderamento social.

Ao analisar essa questão através da teoria crítica do direito de Coelho (2019), percebe-se que a falta de uma reforma agrária efetiva não é apenas uma falha técnica ou administrativa, mas um reflexo das desigualdades estruturais e das relações de poder que moldam a sociedade brasileira. A reforma agrária, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas também um fator crucial para a viabilidade econômica e a capacidade de comercialização dos agricultores familiares. A

implementação de políticas de reforma agrária que efetivamente redistribuam a terra pode contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e para a criação de condições mais favoráveis para a comercialização dos produtos agrícolas, fortalecendo assim a agricultura familiar.

Por outro lado, a política de subsídios no Brasil, como discutido por Grisa e Schneider (2014), frequentemente favorece as grandes agroindústrias em detrimento da Agricultura Familiar. Essa preferência resulta em uma distribuição desigual de recursos que exacerba as disparidades existentes entre os grandes e pequenos produtores agrícolas. Os subsídios, muitas vezes direcionados para apoiar a produção em larga escala, podem distorcer o mercado e reduzir a competitividade dos pequenos agricultores, que não conseguem acessar os mesmos benefícios financeiros e tecnológicos.

O Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei nº 12.651 de 2012, é um dos marcos legislativos mais importantes no que tange à regulamentação do uso da terra e à preservação ambiental no Brasil. Apesar de seus objetivos primordiais de proteger as florestas e a biodiversidade, a lei impõe restrições significativas que podem apresentar desafios particulares para os agricultores familiares. Estas restrições incluem a manutenção de uma reserva legal e de áreas de preservação permanente, o que pode limitar a área disponível para cultivo e outras atividades agrícolas essenciais para a subsistência desses agricultores (Guedes; Silva, 2012).

Ao examinar a importância das políticas públicas e as oportunidades de comercialização para a agricultura familiar, fica evidente que, apesar dos esforços governamentais e institucionais, os agricultores familiares continuam enfrentando desafios significativos. Essas dificuldades estão, muitas vezes, enraizadas em barreiras legais e regulatórias que dificultam o acesso ao mercado e a competitividade desses produtores.

Buainaim (2005) discute a rigidez dessas leis ambientais, argumentando que elas frequentemente não levam em consideração as especificidades e os desafios enfrentados pela Agricultura Familiar. Esses pequenos produtores, muitas vezes, não possuem os recursos necessários para se adaptar às exigências legais, como a recomposição de áreas degradadas ou a delimitação de reservas legais, que requerem investimentos significativos e conhecimento técnico. Além disso, a complexidade das regulamentações e a falta de assistência técnica adequada podem

exacerbá-las, dificultando que estes agricultores atendam às exigências sem comprometer sua capacidade produtiva.

A próxima seção, examinou como essas normas impactam a capacidade dos agricultores familiares de comercializar seus produtos. Foram discutidos os requisitos regulatórios que precisam ser atendidos, as dificuldades encontradas para cumprir essas exigências e as possíveis estratégias para superar esses obstáculos, permitindo que os pequenos agricultores possam competir de forma mais justa e eficaz no mercado.

3.1 Regulamentações de Qualidade e Segurança Alimentar

A conformidade com regulamentações de qualidade e segurança alimentar é essencial para garantir a aceitação e competitividade dos produtos agrícolas nos mercados, inclusive para os agricultores familiares. Estes, muitas vezes, enfrentam desafios para atender a tais exigências devido a limitações de recursos e conhecimento técnico, o que pode criar uma barreira significativa para acessar mercados mais exigentes, porém mais lucrativos (Barbosa, 2014).

No contexto da Agricultura Familiar, as regulamentações relacionadas à qualidade e à segurança alimentar são fundamentais para proteger a saúde dos produtores e dos consumidores, além de promover alimentos seguros e de qualidade. Caracterizada por propriedades de pequeno e médio porte operadas por famílias, a Agricultura Familiar desempenha um papel econômico e social importante em muitas regiões do Brasil (Barbosa, 2014). Essas regulamentações são essenciais para promover uma Agricultura Familiar sustentável e resiliente, contribuindo para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e a preservação ambiental. O cumprimento dessas regulamentações é importante para o sucesso e valorização da Agricultura Familiar como fonte de alimentos seguros, geração de emprego e renda (Câmara, 2019).

Existem, ainda, regulamentações específicas que exigem transparência e rastreabilidade em todas as etapas da produção agrícola familiar, desde o cultivo até a comercialização dos alimentos, sendo que essas medidas visam garantir a segurança alimentar e oferecer aos consumidores informações claras sobre a origem, os métodos de produção e a qualidade dos produtos que estão adquirindo (Praga, 2010).

De acordo com Praga (2010) a rastreabilidade na produção agrícola familiar implica em manter registros detalhados sobre as práticas adotadas durante todo o processo produtivo incluindo informações sobre o uso de insumos agrícolas, como fertilizantes e defensivos, a identificação das variedades de sementes utilizadas, os cuidados com o manejo integrado de pragas e doenças, além das técnicas de colheita e pós-colheita empregadas. Além disso, as regulamentações exigem a identificação precisa da origem dos alimentos e sua trajetória até chegar ao consumidor final, envolvendo o registro dos pontos de venda, dos métodos de transporte e armazenamento dos produtos, garantindo que os alimentos sejam manipulados de maneira segura e higiênica ao longo de toda a cadeia de produção e distribuição.

Para os agricultores familiares, cumprir essas regulamentações pode representar um desafio adicional, uma vez que muitos deles operam em escalas menores e podem não ter acesso imediato a tecnologias avançadas de rastreamento para manter tais registro detalhados, e adotar sistemas de gestão de qualidade pode demandar investimentos em capacitação e infraestrutura, como softwares de gestão agrícola e equipamentos de monitoramento, o que onera, ainda mais o negócio (Pontes, 2019).

No entanto, a implementação da rastreabilidade beneficia não apenas os consumidores, mas também os próprios produtores familiares, pois ao fornecer informações transparentes sobre seus produtos, os agricultores podem conquistar a confiança dos consumidores e acessar mercados diferenciados que valorizam a qualidade e a procedência dos alimentos, expandindo assim a abrangência de suas operações.

Nesse contexto, a conquista do acesso a esses mercados diferenciados não apenas representa uma oportunidade econômica para os agricultores familiares, mas também incentiva a construção de relações mais estreitas entre produtores e consumidores, baseadas na confiança mútua, transparência e no respeito ao meio ambiente, contribuindo para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e diversificados, oferecendo aos consumidores opções saudáveis e éticas (Magalhães, 2013)

As Boas Práticas Agrícolas (BPA) desempenham um papel fundamental nesse contexto, oferecendo orientações detalhadas para os agricultores sobre como cultivar de maneira segura e sustentável (Rocha, 2004).

As BPA englobam aspectos como o uso responsável de insumos agrícolas, higiene pessoal, manejo integrado de pragas e doenças, e gestão da propriedade. Ao seguir essas diretrizes, os agricultores contribuem para a produção de alimentos saudáveis, reduzem os impactos ambientais negativos e fortalecem a confiança dos consumidores nos produtos agrícolas familiares (Souza, 2015).

Além das BPA, as regulamentações também abrangem o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas, buscando proteger a saúde dos agricultores e dos consumidores, bem como preservar o meio ambiente. Estratégias mais sustentáveis, como o manejo integrado de pragas e doenças, têm sido incentivadas como alternativas aos agrotóxicos químicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (Amaral, 2010).

De acordo com Salgado (2011, p. 53),

[...] ao adotar estratégias mais sustentáveis de manejo de pragas e doenças, os agricultores familiares protegem sua saúde e a dos consumidores, mas também contribuem para a conservação dos recursos naturais e para a construção de sistemas agrícolas mais resilientes e adaptados às condições locais. Portanto, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis é essencial para o fortalecimento da Agricultura Familiar e para a promoção da segurança alimentar e ambiental.

No entanto, o cumprimento das regulamentações ambientais pode representar desafios e custos adicionais para os agricultores familiares, incluindo restrições no uso da propriedade e investimentos em infraestrutura e capacitação. Políticas públicas e programas de incentivo são essenciais para apoiar os agricultores na adoção de práticas sustentáveis e garantir sua viabilidade econômica (Assis, 2012).

Por outro lado, as regulamentações também facilitam o acesso da Agricultura Familiar a mercados diferenciados, como os de produtos orgânicos, incentivando práticas sustentáveis e promovendo a valorização dessa modalidade agrícola. No entanto, isso demanda o cumprimento de requisitos específicos, o que pode representar um desafio adicional para os agricultores familiares (Nogueira, 2015).

A participação do governo, das instituições de pesquisa e das organizações não governamentais é fundamental para oferecer apoio técnico e capacitação aos agricultores familiares. Treinamentos abrangem temas como normas sanitárias, técnicas agrícolas sustentáveis e gestão eficiente da propriedade, fortalecendo as capacidades dos agricultores e promovendo a inovação e resiliência no setor agrícola (Figueiredo, 2018).

Nessa jornada de certificação dos produtores familiares, os sistemas de controle de qualidade são introduzidos visando garantir a segurança dos alimentos produzidos por esses agricultores. Isso envolve desde o registro adequado dos insumos utilizados até o monitoramento de potenciais contaminantes ao longo da cadeia produtiva, pois dessa forma se torna menos difícil identificar a origem dos alimentos, facilitando ações corretivas em caso de problemas (Vieira, 2012).

Os sistemas de controle de qualidade são desenvolvidos e implementados para assegurar que os alimentos produzidos atendam aos mais altos padrões de segurança e qualidade. Esses sistemas abrangem uma série de medidas e procedimentos que visam garantir que os produtos agrícolas sejam seguros para o consumo humano e atendam às exigências regulatórias e de mercado (Ferreira, 2023).

Outro aspecto relevante dos programas de capacitação é a promoção da gestão eficiente da propriedade onde os agricultores aprendem sobre planejamento agrícola, gestão financeira, comercialização e acesso a mercados. Essas habilidades são fundamentais para melhorar a rentabilidade das atividades agrícolas familiares, permitindo que os produtores tomem decisões informadas e estratégicas em relação à produção e ao gerenciamento do negócio (Oliveira, 2018).

Dessa forma, ao fortalecer as capacidades dos agricultores familiares, o governo, as instituições de pesquisa e as organizações não governamentais não apenas promovem o cumprimento das normas e regulamentações, mas também impulsionam a inovação e a resiliência no setor agrícola (Gomes, 2019). Assim, os agricultores capacitados estão mais preparados para enfrentar desafios como mudanças climáticas, escassez de recursos e demandas de mercado em constante evolução.

Essa colaboração interinstitucional é essencial para o progresso e a prosperidade da Agricultura Familiar, fortalecendo sua contribuição para a segurança alimentar, o desenvolvimento rural sustentável e a preservação ambiental, uma vez que é sabido que a disseminação do conhecimento e o empoderamento dos agricultores familiares são investimentos estratégicos que beneficiam não apenas os produtores, mas toda a sociedade, ao promover a economia familiar e fomentar a geração de emprego e renda (Ferreira, 2011).

Dessa forma, as regulamentações relacionadas à qualidade e à segurança alimentar são colaboradoras da promoção de uma Agricultura Familiar sustentável e resiliente garantindo a saúde dos agricultores e dos consumidores, incentivando

práticas agrícolas responsáveis e contribuindo para o desenvolvimento de sistemas alimentares mais justos e inclusivos em todo o Brasil. Embora esse processo seja lento e oneroso, o cumprimento dessas regulamentações é essencial para o sucesso e a valorização da Agricultura Familiar como uma importante fonte de alimentos seguros e de qualidade, bem como de geração de emprego e renda (Câmara, 2019).

3.2 Acesso a Mercados e Canais de Distribuição

O acesso a mercados e canais de distribuição é uma questão imperativa para a Agricultura Familiar, pois muitos pequenos produtores enfrentam desafios significativos para alcançar compradores consistentes e estabelecer conexões em cadeias de valor mais amplas (Silveira, 2019). Ademais a falta de infraestrutura adequada, como estradas em boas condições e centros de distribuição próximos, pode limitar o alcance e a eficiência na comercialização dos produtos agrícolas além de, barreiras comerciais, como tarifas elevadas e restrições de importação/exportação, terem um alto poder de comprometer a competitividade dos produtos agrícolas familiares nos mercados internacionais (Souza, 2018).

No tocante à busca de novos clientes/compradores, os produtores agrícolas enfrentam uma série de desafios, especialmente aqueles que operam em escalas menores e têm recursos limitados, sendo que muitos desses desafios estão relacionados à complexidade do acesso aos mercados e à competitividade nas cadeias de suprimentos agrícolas. Muitos produtores têm dificuldades para entrar em mercados estabelecidos devido à falta de conexões ou à presença de intermediários que controlam o acesso aos compradores, sendo que isso limita suas oportunidades de expandir para novas regiões ou segmentos de mercado, dificultando a diversificação das fontes de receita (Pontes, 2012; Ferreira, 2009).

Além disso, os requisitos de qualidade e conformidade, já citados anteriormente, representam outro desafio significativo, pois para conquistar novos compradores, os produtores precisam atender a padrões rigorosos de qualidade, segurança alimentar e conformidade regulatória, sendo que isso pode exigir investimentos em certificações, tecnologias de produção e processos de rastreabilidade, o que nem sempre é viável para pequenos agricultores com recursos financeiros limitados (Ferreira, 2009).

Outro desafio real é a necessidade de diversificação e inovação. Os produtores muitas vezes enfrentam pressão para diversificar seus produtos ou desenvolver produtos inovadores para atrair novos compradores e permanecer competitivos no mercado, mas esse tipo de ação requer altos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e adaptação às demandas em constante mudança dos consumidores, o que é inviável para esses agricultores (Amaral, 2017).

Segundo Amaral (2017), a concorrência e o marketing eficaz também são desafios significativos para os agricultores familiares, pois em mercados cada vez mais competitivos, os produtores precisam encontrar maneiras de se destacar e promover seus produtos de forma eficaz usando estratégias de marketing e branding, estratégias muito utilizadas pelas grandes indústrias as quais são essenciais para atrair a atenção dos compradores e construir relacionamentos duradouros que sustentem as vendas ao longo do tempo, mas que estão muito distante da realidade desses pequenos e médio produtores.

Nesse cenário cada vez mais tecnológico, os produtores do regime familiar se veem cada vez mais incentivados a adotar tecnologias de informação e comunicação (TICs) como parte essencial de suas operações. Segundo Silva (2021), essas tecnologias desempenham um papel fundamental na expansão dos canais de distribuição para os agricultores familiares, oferecendo oportunidades únicas de mercado.

O uso de aplicativos móveis, plataformas online e redes sociais tem se mostrado especialmente relevante para esses pequenos e médio produtores. De acordo com Santos (2020), essas ferramentas permitem que os agricultores estabeleçam conexões diretas com consumidores finais, reduzindo ou eliminando a necessidade de intermediários, sendo que esta abordagem não apenas aumenta a eficiência das transações, mas também permite que os agricultores alcancem novos mercados de forma mais ágil e a um custo menor, ampliando assim suas oportunidades de vendas e aumentando sua rentabilidade.

Segundo Oliveira (2019), por meio de aplicativos móveis, os agricultores podem gerenciar suas operações, acompanhar o estoque, registrar vendas e interagir diretamente com os clientes, pois as plataformas online e as redes sociais oferecem um espaço vital mais barato para promover os produtos agrícolas familiares, contar histórias autênticas sobre os métodos de cultivo e conectar-se com consumidores que valorizam a procedência dos alimentos.

Dessa forma, ao adotar essas tecnologias, os agricultores familiares podem reduzir custos operacionais, melhorar a gestão de seus negócios e aumentar sua visibilidade no mercado. Pereira (2020) ressalta que o uso eficaz de aplicativos móveis e plataformas online pode resultar em reduções significativas de custos, gerando economias de até 20% em despesas operacionais. “No entanto, é importante garantir o acesso equitativo a essas ferramentas, especialmente em áreas rurais ou com infraestrutura limitada de internet” (Pereira, 2020, p. 52).

Conforme destacado por Pereira (2020), investimentos em infraestrutura de conectividade e capacitação digital são essenciais para garantir que todos os produtores familiares possam se beneficiar plenamente das vantagens das TICs, pois a adoção de tecnologias de informação e comunicação está se tornando uma necessidade cada vez mais evidente para os agricultores familiares, não apenas como uma forma de permanecerem competitivos, mas também como uma oportunidade para fortalecer suas conexões com os consumidores e impulsionar o crescimento sustentável de suas atividades agrícolas.

Entretanto, a falta de acesso a novos mercados pode resultar em sérias consequências econômicas para os agricultores familiares, incluindo maior volatilidade nos preços e menor margem de lucro (Mendes, 2017). Por esse motivo, muitos produtores enfrentam dificuldades para diversificar suas fontes de receita e expandir seus negócios devido às restrições de mercado e à falta de oportunidades de venda em larga escala, o que afeta diretamente o desenvolvimento socioeconômico dos negócios (Fernandes, 2019).

Segundo Oliveira (2021, p.23) “para superar esses desafios, é essencial investir em infraestrutura logística e criar políticas que facilitem o acesso dos agricultores familiares aos mercados”. Isso inclui a melhoria e expansão das redes de transporte, armazenamento e distribuição, garantindo que os produtos agrícolas cheguem aos mercados de forma rápida e segura. Além disso, a redução de barreiras comerciais e a promoção do comércio justo podem ajudar a aumentar a competitividade dos produtos agrícolas familiares (Rodrigues, 2018).

No tocante à redução de barreiras comerciais e a promoção do comércio justo, estratégias que visam fortalecer a competitividade e a sustentabilidade dos produtos agrícolas familiares em um mercado globalizado e dinâmico, quando as barreiras tarifárias e não tarifárias são reduzidas ou eliminadas, os produtores familiares têm a

oportunidade de expandir suas operações e acessar novos mercados, tanto dentro do país quanto no exterior.

Nesse contexto, estudos recentes indicam que a redução das tarifas de importação pode ter um impacto positivo significativo nas exportações agrícolas de pequenos produtores. Por exemplo, uma diminuição de 10% nas tarifas pode resultar em um aumento de 1,2% a 4% nas exportações agrícolas (Banco Mundial, 2022). Essa redução de barreiras comerciais permite que os agricultores familiares aumentem sua participação nos mercados globais, diversifiquem suas fontes de renda e melhorem sua competitividade em relação aos produtores de maior escala.

Além disso, a promoção do comércio justo ajuda a garantir condições comerciais mais equitativas e éticas para os produtores familiares, pois o comércio justo estabelece padrões que promovem a transparência, a sustentabilidade ambiental e o respeito aos direitos dos trabalhadores. Sendo que, ao aderir a esses princípios, os agricultores familiares podem não apenas obter preços mais justos pelos seus produtos, mas também construir relacionamentos duradouros com compradores e consumidores que valorizam a responsabilidade social e ambiental (Candido, 2013).

Em soma aos benefícios econômicos diretos, a redução de barreiras comerciais e a adoção do comércio justo contribuem para fortalecer a imagem e a reputação dos produtos agrícolas familiares, principalmente aqueles produtos certificados como orgânicos, sustentáveis ou de comércio justo têm uma demanda crescente nos mercados consumidores conscientes, o que pode abrir novas oportunidades de negócios e valorização para esses empreendedores familiares (Candido, 2013).

Dessa forma, os investimentos em infraestrutura, políticas favoráveis ao comércio e adoção de tecnologias inovadoras ajudam a garantir que os agricultores familiares tenham condições equitativas de competir e prosperar nos mercados locais e globais, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em particular o ODS 2 (Fome Zero), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) (Santana, 2019).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) representam uma agenda global para promover a prosperidade e proteger o planeta. Em particular, a agricultura familiar é um componente crucial na realização dos ODS 2 (Fome Zero), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis).

O ODS 2 visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável. A agricultura familiar desempenha um papel essencial nesse contexto, pois é responsável por uma parte significativa da produção de alimentos em muitos países em desenvolvimento. Os pequenos agricultores familiares contribuem diretamente para a segurança alimentar local, produzindo alimentos frescos e diversificados. Além disso, práticas agrícolas sustentáveis adotadas por esses agricultores podem aumentar a produtividade e a resiliência dos sistemas agrícolas, contribuindo para a redução da fome e da pobreza rural. Para maximizar o impacto da agricultura familiar no ODS 2, é essencial implementar políticas que ofereçam apoio técnico, acesso a mercados e financiamento adequado (FAO, 2014).

O ODS 8 promove o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. A agricultura familiar é um motor importante para o desenvolvimento econômico nas áreas rurais, proporcionando emprego e renda para milhões de pessoas. Melhorar as condições de trabalho e aumentar a produtividade agrícola são passos fundamentais para garantir que os agricultores familiares possam usufruir de trabalho decente. Isso envolve a promoção de práticas agrícolas inovadoras, a melhoria do acesso a serviços financeiros e a proteção social, além de incentivar a diversificação econômica nas comunidades rurais. O fortalecimento das cooperativas agrícolas e a criação de redes de apoio também são estratégias eficazes para impulsionar o crescimento econômico sustentável entre os agricultores familiares (ILO, 2019).

O ODS 12 incentiva padrões de consumo e produção sustentáveis, essenciais para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e minimizar os impactos ambientais negativos. A agricultura familiar pode ser um exemplo de sustentabilidade quando adota práticas agrícolas que preservam a biodiversidade, utilizam eficientemente os recursos naturais e reduzem o uso de agroquímicos. A promoção de mercados locais e cadeias curtas de abastecimento é uma estratégia que pode fortalecer a sustentabilidade, reduzindo as emissões de carbono associadas ao transporte de alimentos. Além disso, a conscientização dos consumidores sobre a importância de apoiar a agricultura familiar sustentável pode incentivar práticas de consumo mais responsáveis e a valorização dos produtos locais (UNEP, 2018).

A integração dos ODS na agricultura familiar requer uma abordagem holística que leve em consideração as interconexões entre segurança alimentar, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. Políticas públicas eficazes,

aliadas a programas de capacitação e inovação tecnológica, são fundamentais para capacitar os agricultores familiares a contribuir significativamente para esses objetivos globais. Além disso, a participação ativa das comunidades locais e o fortalecimento das redes de cooperação são essenciais para promover um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável. A sinergia entre os ODS 2, 8 e 12 pode criar um ciclo virtuoso de desenvolvimento, onde a agricultura familiar não apenas sustenta as famílias rurais, mas também contribui para um futuro mais sustentável e equitativo para todos (FAO, 2019).

3.3 Logística na Agricultura Familiar

A logística representa um desafio significativo para os agricultores familiares, principalmente em regiões rurais remotas, pois a falta de infraestrutura básica, de transporte adequada e de instalações de armazenamento refrigerado pode resultar em perdas pós-colheita e na degradação da qualidade dos produtos agrícolas, fazendo com que esses obstáculos não apenas impactem negativamente a rentabilidade dos agricultores, mas também limitem sua capacidade de acessar mercados mais amplos e lucrativos (Perez, 2017).

No tocante à infraestrutura básica, segundo Bianchini (2018) a eletricidade desempenha uma frente importante na modernização da Agricultura Familiar, pois com acesso confiável à eletricidade, os agricultores podem aproveitar uma variedade de tecnologias de baixo custo que aumentam a eficiência e a produtividade no campo. Por exemplo, sistemas de irrigação automatizados podem ser implementados, permitindo uma distribuição precisa da água para os cultivos, otimizando o uso desse recurso e reduzindo o esforço manual necessário. Além disso, maquinários agrícolas, como tratores e colheitadeiras elétricas, tornam o trabalho agrícola mais rápido e eficiente, possibilitando o aumento da escala de produção.

Ainda segundo Bianchini (2018), a eletricidade também é essencial para a conservação de alimentos perecíveis, pois equipamentos de refrigeração alimentados por eletricidade permitem o armazenamento seguro e prolongado de produtos agrícolas, evitando perdas pós-colheita e permitindo que os agricultores ampliem seus mercados para áreas distantes. Existe ainda a aplicação da eletricidade no tocante à iluminação elétrica, pois ela estende as horas de trabalho dos agricultores, possibilitando atividades noturnas como colheita ou preparação de produtos para o

mercado, o que aumenta a eficiência e a renda. "A eletricidade impulsiona a adoção de tecnologias que melhoram a produtividade e a sustentabilidade na Agricultura Familiar" (Silva, 2022).

De acordo com Souza Filho, Souza e Rocha (2016) a disponibilidade de água potável também é um fator importante nesse cenário voltado para produtividade dos agricultores familiares. Além de ser fundamental para o consumo humano e animal, a água potável potencializa a irrigação dos cultivos, especialmente em regiões onde a precipitação é irregular ou insuficiente. Nesses contextos os sistemas de irrigação eficientes, alimentados por fontes de água potável, permitem uma produção agrícola mais estável e diversificada ao longo do ano, reduzindo a vulnerabilidade dos agricultores às variações climáticas.

Ademais, a água potável é essencial para garantir a higiene e a saúde dos agricultores e de suas famílias, pois o acesso regular a água limpa reduz os riscos de doenças relacionadas à água e melhora a qualidade de vida nas comunidades rurais. Dessa forma, os sistemas de abastecimento de água potável também facilitam a criação de animais, garantindo que o gado e outras espécies tenham acesso a água de qualidade, o que contribui para a sustentabilidade e rentabilidade das atividades que envolvem a utilização de animais em suas operações (De Souza Filho; De Souza; Rocha, 2016).

De acordo com relatório publicado em 2021 pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA),

A água é um recurso vital e insubstituível muito utilizado na Agricultura Familiar, o qual se mostra imprescindível em todas as etapas da produção agrícola. Sua importância é inegável, pois cerca de 70% da água doce disponível no mundo é utilizada para irrigação agrícola, sendo essencial para o cultivo de alimentos e para a manutenção da segurança alimentar. Na Agricultura Familiar, o acesso à água adequada e de qualidade é indispensável para o sucesso e a sustentabilidade das atividades agrícolas [...] estudos comprovam que a implementação de sistemas eficientes de irrigação pode melhorar a produtividade dos cultivos em até 200%, permitindo o manejo adequado dos recursos hídricos e reduzindo o impacto ambiental associado ao desperdício de água. Do mesmo modo, a água possibilita a diversificação das culturas, aumentando a resiliência das famílias agrícolas diante das condições climáticas variáveis, garantindo assim a segurança alimentar e contribuindo para a estabilidade econômica das comunidades rurais[...] em resumo, a água é um elemento básico que não pode faltar no caminho da sustentabilidade e o desenvolvimento da Agricultura Familiar, pois ela atua não apenas como fonte de vida para os cultivos, mas também como alicerce para o bem-estar e progresso das populações rurais ao redor do mundo (ANA, 2021, p. 4).

Quanto à relação entre a água potável e aos sistemas de irrigação eficientes, ambos desempenham papéis logísticos importantes na garantia da produtividade e estabilidade das colheitas na Agricultura Familiar, pois o acesso confiável à água limpa não apenas sustenta as plantações, mas também permite que os agricultores planejem suas atividades agrícolas com maior previsibilidade e antecedência. Isso ajuda a reduzir os riscos associados à variabilidade climática e à disponibilidade de recursos hídricos, oferecendo aos agricultores maior controle sobre suas safras e recursos (Moreira; Fernandes, 2020).

Ainda é possível mencionar que os sistemas de irrigação eficientes possibilitam uma distribuição precisa da água, otimizando seu uso e maximizando o rendimento das culturas, mesmo em condições climáticas adversas, contribuindo diretamente para uma melhor gestão logística das operações agrícolas, permitindo ajustes estratégicos de acordo com a sazonalidade e as demandas do mercado, fortalecendo assim a sustentabilidade e a produtividade da Agricultura Familiar (Silva, 2013).

Ao comparar o peso entre o acesso a eletricidade e água potável, é possível afirmar que ambos são essenciais para a transformação, manutenção e desenvolvimento da Agricultura Familiar, uma vez que esses recursos permitem a adoção de práticas mais sustentáveis, potencializando a modernização das atividades agrícolas ao mesmo tempo que promove o aumento da produtividade (Pereira, 2014).

Além disso, segundo Madotti et al. (2022), a tecnologia desempenha um papel cada vez mais importante na modernização e sustentabilidade da Agricultura Familiar. Por meio de avanços em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como a internet e a telefonia móvel, os agricultores familiares podem acessar uma variedade de recursos e ferramentas que lhes permitem melhorar a eficiência de suas operações. Desde o monitoramento remoto de cultivos até o acesso a informações de mercado em tempo real, as TICs oferecem aos agricultores familiares a capacidade de tomar decisões mais informadas e estratégicas. Além disso, tecnologias emergentes, como a agricultura de precisão e a Internet das Coisas (IoT), estão possibilitando o uso mais eficiente de recursos, a redução de desperdícios e a otimização dos processos produtivos. Assim, a tecnologia não apenas aumenta a produtividade e a competitividade da Agricultura Familiar, mas também contribui para a sua sustentabilidade ambiental e econômica a longo prazo.

Essa comercialização direta também fortalece a logística reversa ao incentivar uma abordagem mais sustentável na entrega dos produtos agrícolas, pois com menos

etapas intermediárias na cadeia de distribuição, há uma redução significativa no uso de embalagens e materiais de transporte, minimizando assim o impacto ambiental associado ao transporte de alimentos. Provocando nos consumidores, por sua vez, a valorização da pegada ecológica reduzida dessas práticas logísticas mais diretas e sustentáveis.

Outra análise importante é a flexibilidade proporcionada pela comercialização direta dos produtos no ambiente online. Ao realizar a comercialização de seus produtos online, os agricultores podem ajustar rapidamente suas ofertas de produtos com base nas demandas do mercado, permitindo uma resposta ágil às tendências e sazonalidades, o que pode contribuir para uma gestão logística mais dinâmica e adaptável, otimizando o fluxo de produtos do campo para o consumidor final (De Carneiro, 2016).

Segundo Melo et al. (2023) uma outra vantagem da conectividade é a integração de plataformas online com sistemas de logística eficientes. Essa integração permite aos agricultores oferecerem opções de entrega mais personalizadas e convenientes aos consumidores, pois nessas plataformas específicas, os agricultores podem utilizar estratégias logísticas inovadoras para maximizar a satisfação do cliente e construir relacionamentos duradouros com sua base de consumidores, com opções de customização que vão desde a entrega em domicílio até pontos de coleta locais a preços acessíveis e tempo de entrega reduzidos.

Nesse contexto, de acordo com Silva (2021) a comercialização direta de produtos agrícolas online não apenas transforma a forma como os produtos são vendidos, mas também revoluciona a logística associada à Agricultura Familiar, pois ao alavancar tecnologias digitais e estratégias logísticas inteligentes, os agricultores podem não só aumentar sua rentabilidade, mas também promover uma agricultura mais eficiente, sustentável e orientada pelo mercado, beneficiando tanto os produtores quanto os consumidores finais os quais tendem a se fidelizar à empresa que apresenta essas estruturas.

Portanto, o acesso a serviços essenciais e infraestrutura básica não apenas melhora as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares, mas também fortalece a logística e a capacidade de gestão das atividades agrícolas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades produtoras localizadas em áreas rurais.

Segundo Perez (2017) a falta de infraestrutura de transporte é um outro desafio crítico que afeta diretamente a viabilidade e o sucesso da Agricultura Familiar em muitas regiões ao redor do mundo, pois em áreas rurais e remotas, onde a maioria dos agricultores familiares estão localizados, as condições precárias das estradas e a escassez de investimentos em infraestrutura de transporte representam obstáculos significativos que limitam o acesso aos mercados e impactam a eficiência das operações agrícolas.

Uma das principais questões enfrentadas pelos agricultores familiares é a qualidade das estradas rurais. Muitas dessas estradas são inadequadas para o tráfego regular de veículos, especialmente durante períodos chuvosos, sendo que isso se dá devido à falta de manutenção adequada, resultando em estradas cheias de buracos, lama ou mesmo interdições temporárias, dificultando o transporte dos produtos agrícolas (altamente perecíveis) para os mercados, aumentando os custos de transporte devido a danos nos veículos, e gerando atrasos significativos na entrega desses produtos. Segundo estudos recentes, mais de 60% das estradas rurais no Brasil estão em condições precárias, impactando diretamente os agricultores familiares (Ministério da Infraestrutura, 2019).

Um dos desafios adicionais enfrentados pelos agricultores familiares é a disputa entre os estados e o governo federal sobre a responsabilidade pela manutenção das estradas rurais. A infraestrutura viária no Brasil é frequentemente compartilhada entre governos estaduais e o governo federal, o que pode resultar em burocracia e atrasos na implementação de melhorias necessárias devido a alocação de recursos adequados para a manutenção e recuperação das estradas rurais muitas vezes ser uma questão política, levando a disputas sobre orçamentos e prioridades entre as diferentes esferas governamentais (Ferris, 2017).

Diante disso, segundo Ferris (2017) a falta de investimento em infraestrutura de transporte rural não apenas prejudica os negócios dos agricultores familiares, mas também representa um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, uma vez que as estradas inadequadas dificultam o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, além de limitar as oportunidades de crescimento econômico para as comunidades rurais.

Para enfrentar efetivamente o problema da precariedade das estradas rurais, é essencial um maior comprometimento e coordenação entre os governos estaduais e federal, pois visando a economia e o desenvolvimento sustentável, é necessário

priorizar o investimento em infraestrutura viária adequada para garantir condições de transporte seguras e eficientes para esses empreendedores. Além disso, programas de manutenção regular e melhorias estruturais devem ser respeitadas visando, sempre, promover o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e fortalecer a economia agrícola dessas regiões e, conseqüentemente de todo o país (Oliveira, 2020).

A ausência de infraestrutura de transporte refrigerado ou adequado para produtos perecíveis é um ponto crítico enfrentado pelos agricultores familiares. Muitos desses agricultores produzem alimentos frescos e altamente perecíveis, como frutas, verduras e laticínios, que demandam condições específicas de temperatura e umidade para manter sua qualidade durante o transporte. No entanto, conforme observado por Pilar (2013), os custos associados a essa infraestrutura são elevados, mas a falta de acesso a veículos refrigerados ou câmaras de armazenamento ao longo das rotas de transporte resulta em perdas substanciais de produtos devido à deterioração durante o trajeto e, essas perdas não apenas comprometem a qualidade dos produtos, mas também representam uma perda econômica significativa para os agricultores familiares, afetando sua rentabilidade e sustentabilidade financeira. Conforme Oliveira (2021, p. 58), a “falta de infraestrutura adequada de transporte refrigerado é um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares em regiões remotas”.

Além disso, segundo Amaral (2010) a distância dos principais centros de consumo e portos de exportação é outro desafio significativo enfrentado pelos agricultores familiares. A falta de acesso fácil a centros de distribuição e *hubs* logísticos aumenta os custos de transporte e logística, tornando as operações dos agricultores familiares menos eficientes e mais dispendiosas e, em um contexto onde muitos agricultores precisam percorrer longas distâncias para entregar seus produtos aos mercados consumidores, os custos operacionais tendem a se elevar consideravelmente.

Esses custos adicionais impactam diretamente a competitividade dos produtos agrícolas familiares em relação aos produtos produzidos em larga escala e, enquanto os agricultores familiares enfrentam desafios logísticos e altos custos de transporte, os produtores em grande escala geralmente têm acesso a infraestrutura de transporte mais eficiente e integrada, o que lhes confere uma vantagem competitiva (Pontes, 2015; Menezes, 2019).

Conforme indicado pelo relatório do Banco Mundial em 2020, mais de 40% dos agricultores familiares enfrentam altos custos de transporte devido à falta de infraestrutura eficiente. Esses custos elevados não apenas reduzem a rentabilidade dos agricultores familiares, mas também limitam suas capacidades de investimento e crescimento. A falta de infraestrutura adequada para facilitar o transporte eficiente de produtos agrícolas prejudica a economia rural como um todo, dificultando o desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas (Banco Mundial, 2020).

Segundo relatório da Organização das Nações Unidas em 2021,

A falta de infraestrutura adequada no Brasil tem impactos significativos na Agricultura Familiar, prejudicando não apenas a produtividade e a rentabilidade dos agricultores, mas também limitando o potencial de crescimento e desenvolvimento das comunidades rurais. Um dos principais impactos é a dificuldade de acesso aos mercados. Com estradas precárias e falta de transporte eficiente, os agricultores familiares enfrentam obstáculos para escoar sua produção e alcançar os consumidores. Isso resulta em atrasos na entrega dos produtos, perdas durante o transporte e maiores custos logísticos, reduzindo a competitividade dos produtos agrícolas familiares em relação aos produtos industrializados de grandes empresas. A falta de acesso a centros de distribuição e portos também limita as oportunidades de exportação, prejudicando a expansão dos negócios e a diversificação das fontes de renda para os agricultores familiares (ONU, 2021 p. 2).

Estudos mostram que outro investimento importante é o estabelecimento de instalações de armazenamento adequadas e estratégicas, especialmente em áreas onde as condições climáticas podem acelerar a deterioração dos produtos agrícolas. Pois é sabido que o armazenamento refrigerado ou controlado ajuda a preservar a qualidade e a prolongar a vida útil dos produtos, permitindo que os agricultores familiares ampliem suas janelas de venda e mantenham a qualidade dos produtos até que esses alcancem os consumidores finais (Souza, 2017).

Segundo Souza (2017) essas melhorias na infraestrutura logística não apenas reduzem as perdas pós-colheita, mas também contribuem para a redução dos custos operacionais dos agricultores familiares, pois estes, ao adotarem uma logística mais eficiente e acessível, desenvolvem uma maior capacidade de competir no mercado, oferecendo produtos de qualidade a preços mais competitivos.

Os investimentos em infraestrutura logística, incluindo instalações de armazenamento adequadas e estratégias de conservação de produtos agrícolas, são cruciais para a competitividade e sustentabilidade dos agricultores familiares. Estes aspectos abordados no capítulo anterior fornecem uma base teórica sólida para

entender a relevância das melhorias na infraestrutura para a redução de perdas pós-colheita e custos operacionais. No próximo capítulo, avançamos para uma investigação empírica, onde a pesquisa de campo e a análise de dados foram utilizadas para avaliar concretamente os impactos dessas melhorias logísticas na vida e no trabalho dos agricultores familiares. Essa abordagem permitiu validar as teorias discutidas e obter uma compreensão mais profunda e prática dos desafios e benefícios enfrentados por esses agricultores.

4 ESTUDO DE CASO: VISÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO SUDOESTE GOIANO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A pesquisa de campo e a subsequente análise de dados constituem partes fundamentais de qualquer estudo empírico. Neste capítulo, detalhamos os métodos e técnicas utilizados para a coleta de dados no campo, bem como as abordagens adotadas para a análise desses dados. O objetivo foi fornecer uma descrição detalhada e rigorosa do processo de pesquisa, permitindo a replicação e a validação dos resultados por outros pesquisadores. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos permitiu uma compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno estudado, garantindo a validade e a confiabilidade dos achados.

4.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia adotada para esta pesquisa é dedutiva, iniciando com a formulação de hipóteses e teorias relacionadas ao impacto das políticas públicas na comercialização da Agricultura Familiar. A coleta de dados incluiu levantamento de dados primários com abordagens quantitativas, através de questionários, possibilitando avaliar numericamente a participação dos agricultores familiares em programas de comercialização, bem como abordagens qualitativas, como entrevistas em profundidade e grupos focais, que exploraram em profundidade as barreiras legais e regulatórias.

A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise abrangente da realidade enfrentada pelos agricultores familiares. O desenho foi sequencial explanatório, começando com a coleta de dados quantitativos para, posteriormente, aprofundar a compreensão por meio de métodos qualitativos.

A população-alvo desta pesquisa compreendeu agricultores familiares da região do centro oeste goiano. A definição de agricultor familiar utilizada seguiu a estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que considera como agricultor familiar aquele que utiliza principalmente a força de trabalho familiar na produção agrícola e cujo estabelecimento está enquadrado nos limites de área definidos pela legislação pertinente.

A amostra foi composta por agricultores que participam ativamente de programas de comercialização para Agricultura Familiar, bem como aqueles que não participam desses programas. A pesquisa se concentrou durante a Agro Centro Oeste Familiar 2024 que ocorreu de 08 a 10 de maio de 2024, na cidade de Mineiros, Estado de Goiás, abrangendo agricultores de diversas localidades, idades (desde que sejam maiores de 18 anos), gêneros e níveis de experiência na agricultura. A diversidade de cultivos foi considerada para garantir representatividade. Além disso, a inclusão de agricultores com conhecimento sobre programas governamentais, como o Programa Alimenta Brasil (PAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foi um critério relevante para a aplicação do questionário qualitativo.

Para a amostragem quantitativa, utilizou-se um método de amostragem aleatória simples para garantir a representatividade da população-alvo. O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. Estimou-se que seria necessário entrevistar aproximadamente 30 agricultores familiares para alcançar a representatividade desejada, foram feitas 36 entrevistas.

A pesquisa em questão envolveu coleta de dados de seres humanos participantes de pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Portanto, o protocolo de pesquisa seguiu todos os aspectos éticos apontados pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 510 de 7 de abril de 2016, sendo submetido e apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Rio Verde e aprovado através do Parecer Nº 6.794.572 (anexo I).

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O principal instrumento de coleta de dados quantitativos foi um questionário estruturado (anexo 2), desenvolvido especificamente para esta pesquisa. O questionário incluiu perguntas fechadas e escalas de avaliação, permitindo a quantificação das respostas dos participantes. As principais variáveis abordadas no questionário foram:

1. Dados sociodemográficos: idade, sexo, escolaridade, renda familiar, etc.
2. Dados sobre a produção agrícola: tipos de cultivos, área de cultivo, tempo de atuação na agricultura familiar, etc.

3. Participação em programas de comercialização: conhecimento sobre programas, participação atual, avaliação da eficácia dos programas, etc.

4. Obstáculos enfrentados: barreiras financeiras, burocráticas, falta de informação, etc.

5. Fontes de financiamento: tipos de financiamento utilizados, dificuldades de acesso ao crédito, etc.

6. Impacto das barreiras legais e regulatórias: percepção dos agricultores sobre o impacto dessas barreiras na comercialização da produção.

Já o instrumento de coleta qualitativo (anexo 3), incluiu que voltadas para: (1) a possibilidade do agricultor compartilhar uma experiência específica em que as barreiras legais afetaram sua participação em programas de comercialização; (2) melhor local de comercialização dos seus produtos e por quê; (3) se percebe o papel das políticas públicas na promoção da agricultura familiar; (4) dificuldades logísticas enfrentadas ao tentar comercializar seus produtos, especialmente em relação à distância para os mercados principais; (5) como as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender melhor às necessidades dos agricultores familiares; (6) principais desafios enfrentados na produção de alimentos perecíveis e na sua comercialização; (7) se a falta de informação é um obstáculo para a participação efetiva em programas governamentais e caso positivo, como isso pode ser melhorado; (8) estratégias legais que o agricultor acredite que poderia ser implementada para superar as barreiras identificadas.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada em duas etapas principais:

1. Pré-teste: Antes da aplicação definitiva do questionário, foi realizado um pré-teste com um pequeno grupo de agricultores familiares (aproximadamente 10% da amostra total) para identificar possíveis problemas de compreensão das perguntas e ajustes necessários no instrumento de coleta. As sugestões e observações dos participantes do pré-teste foram analisadas e incorporadas para refinar o questionário.

2. Aplicação do Questionário: Após o pré-teste e os ajustes necessários, o questionário foi aplicado aos agricultores familiares da amostra selecionada. A aplicação foi realizada de forma presencial, por meio de entrevistas face a face, utilizando pesquisa impressa. A aplicação presencial foi conduzida pelo próprio pesquisador, assim, foi monitorada para garantir a completude e a validade das respostas.

3. Considerações Éticas: Todos os procedimentos de coleta de dados seguiram rigorosamente os princípios éticos em pesquisa. Os agricultores familiares foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a voluntariedade da participação e a confidencialidade das informações fornecidas. Foi obtido o consentimento livre e esclarecido de todos os participantes antes da aplicação do questionário. Os dados coletados foram tratados de forma anônima e utilizados exclusivamente para os fins desta pesquisa.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS QUANTITATIVOS

Os dados quantitativos coletados foram inseridos em um banco de dados eletrônico e analisados utilizando técnicas estatísticas descritivas e inferenciais. Foram utilizadas ferramentas de software estatístico, como o SPSS ou R, para conduzir as análises. As principais técnicas de análise incluíram:

- Análise descritiva: para resumir as características principais da amostra e das variáveis estudadas.
- Análise de variância (ANOVA): para identificar diferenças significativas nas respostas entre grupos.
- Análises de correlação: para explorar a relação entre variáveis, como a percepção das barreiras legais e a participação em programas de comercialização.

A integração dos resultados quantitativos com os dados qualitativos coletados posteriormente permitiu uma compreensão mais ampla e aprofundada das barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares e das possíveis soluções para promover sua inclusão nos programas de comercialização.

4.5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico apresenta os resultados da pesquisa, abordando inicialmente a análise dos dados quantitativos, seguida pela análise dos dados qualitativos e, por fim, uma discussão integrativa entre ambos. A análise quantitativa inclui a avaliação descritiva das características dos agricultores familiares, a análise de frequência das respostas, a análise de variância (ANOVA) para identificar diferenças significativas entre grupos e a análise de correlação para explorar as relações entre variáveis. A análise qualitativa, por sua vez, explora as percepções e experiências dos agricultores em relação às barreiras e facilitadores para a participação em programas de comercialização. A discussão final integra os dados obtidos de ambas as análises, proporcionando uma visão abrangente dos fatores que influenciam a inclusão dos agricultores familiares em programas de comercialização, e destacando as implicações para políticas públicas e práticas agrícolas.

4.5.1 Resultados Quantitativos

A análise descritiva fornece um resumo das características principais da amostra e das variáveis estudadas. Os dados foram coletados através de questionários estruturados aplicados a agricultores familiares na região do centro oeste goiano. As variáveis principais analisadas incluem escolaridade, renda, tempo na agricultura familiar, participação em programas de comercialização, obstáculos enfrentados, eficácia das políticas públicas, impacto das barreiras legais, fontes de financiamento, conhecimento sobre programas específicos e estratégias legais sugeridas.

Os dados coletados revelam que a maioria dos agricultores familiares possui ensino médio (19) e ensino fundamental (9) e, uma minoria possui ensino superior (8). Não houve participantes sem escolaridade. Este nível de educação é fundamental para entender e navegar pelos processos burocráticos e regulatórios que envolvem a participação em programas de comercialização. A escolaridade pode influenciar diretamente a capacidade de compreender e cumprir as exigências legais e regulatórias, além de facilitar o acesso a informações e tecnologias que podem melhorar a produção e a comercialização.

Em relação à renda, a maioria das famílias vive com menos de quatro salários-mínimos mensais, sendo as faixas de renda destas famílias distribuídas da seguinte forma: dois salários-mínimos (13 famílias), de dois a quatro salários-mínimos (13 famílias), seguido por aqueles que ganham de quatro a seis salários-mínimos (7 famílias) e acima de quatro salários-mínimos (2 famílias). Este dado é crucial, pois uma renda baixa limita a capacidade dos agricultores de investir em tecnologias e práticas que poderiam melhorar sua produção e participação em programas de comercialização. Além disso, a renda também pode influenciar o acesso ao crédito e outros recursos financeiros necessários para o crescimento e a sustentabilidade da produção agrícola.

A distribuição do tempo de atuação na agricultura familiar mostra uma divisão equilibrada entre aquelas famílias que exercem a agricultura familiar há muito tempo e aquelas que se ingressaram mais recentemente nesta atividade econômica. Muitos agricultores entrevistados atuam nesta atividade há mais de 15 anos (10 famílias) e muitos há menos de 5 anos (10 famílias), seguido por aqueles que atuam de 5 a 10 anos (8 famílias) e de 10 a 15 anos (6 famílias). A experiência acumulada ao longo do tempo pode ser um fator positivo, pois agricultores mais experientes tendem a ter um conhecimento mais profundo sobre práticas agrícolas eficientes. No entanto, os desafios burocráticos e financeiros permanecem uma barreira significativa independentemente da experiência.

A participação dos agricultores familiares em programas de comercialização é majoritariamente baixa, com muitos não participando de nenhum programa (13) ou tendo uma participação baixa (10). Apenas uma pequena parcela participa de maneira média (9) ou alta (3). Este dado reflete a existência de barreiras significativas que impedem os agricultores de se engajarem plenamente nesses programas. A baixa participação pode ser atribuída às dificuldades financeiras, burocráticas e de acesso à informação, que são frequentemente mencionadas como obstáculos.

Os principais obstáculos identificados pelos agricultores ao tentar participar de programas de comercialização incluem barreiras financeiras (7), questões burocráticas (5), falta de informação (10) e uma combinação desses fatores (13). Esses obstáculos destacam a necessidade de políticas públicas que simplifiquem os processos burocráticos, aumentem o acesso à informação e ofereçam suporte financeiro adequado. A combinação de barreiras financeiras, burocráticas e de

informação representa um desafio complexo que exige uma abordagem multifacetada para ser superado.

A avaliação da eficácia das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar fora predominantemente baixa. A maioria dos entrevistados avaliou a eficácia como baixa (15) ou com nenhuma eficiência (6). Apenas alguns consideraram a eficiência das políticas públicas média (11) ou alta (2). Este resultado sugere que as políticas atuais não estão atendendo adequadamente às necessidades dos agricultores familiares. Reformas políticas que considerem as barreiras identificadas e busquem soluções práticas e acessíveis são necessárias para melhorar a eficácia das políticas públicas.

Um número considerável de entrevistados (27) acredita que as barreiras legais e regulatórias impactam negativamente a comercialização da produção. Apenas uma pequena parcela (7) não veem essas barreiras como um impacto significativo. Este dado reforça a necessidade de revisões legais e regulatórias que tornem os processos mais acessíveis e menos onerosos para os agricultores familiares. A percepção de barreiras legais como um impedimento importante sublinha a importância de uma regulação mais inclusiva e favorável.

A principal fonte de financiamento utilizada pelos agricultores é o investimento próprio (24), seguido pelo crédito rural (8) e subsídios governamentais (3). A dependência de investimentos próprios indica uma falta de acesso a fontes formais de financiamento, o que limita a capacidade de expansão e inovação dos agricultores. Melhorar o acesso ao crédito rural e aumentar os subsídios governamentais pode proporcionar os recursos necessários para os agricultores investirem em tecnologias e práticas que aumentem sua competitividade e participação em programas de comercialização.

A maioria dos agricultores familiares tem conhecimento sobre programas específicos, como o Programa Alimenta Brasil (PAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No entanto, a eficácia desses programas é considerada apenas moderadamente eficiente (19) por muitos agricultores. Apenas 2 os consideram eficientes e 2 os consideram ineficientes, enquanto 10 desconhecem esses programas. Este dado sugere que, embora os programas sejam conhecidos, eles precisam ser aprimorados para melhor atender às necessidades dos agricultores familiares.

A simplificação de processos burocráticos (25) e a criação de linhas de crédito específicas (8) foram as estratégias legais mais sugeridas para facilitar a participação dos agricultores familiares em programas de comercialização. Apenas uma pessoa sugeriu incentivos fiscais. Esses dados indicam que os agricultores familiares estão buscando um ambiente regulatório mais acessível e suporte financeiro direcionado. Simplificar os processos burocráticos pode reduzir o tempo e os custos associados à conformidade regulatória, enquanto linhas de crédito específicas podem fornecer os recursos necessários para investimentos produtivos.

Os resultados quantitativos destacam várias questões críticas que afetam os agricultores familiares na região do sudoeste goiano. As barreiras financeiras, burocráticas e de informação são os principais obstáculos à participação em programas de comercialização. A renda e a percepção das barreiras legais também desempenham papéis significativos na participação desses agricultores em tais programas. A análise de correlação revelou uma relação negativa moderada a forte entre a percepção das barreiras legais e a participação em programas de comercialização, indicando que quanto maior a percepção das barreiras, menor é a participação.

Esses resultados sugerem que para melhorar a inclusão e a participação dos agricultores familiares, é essencial abordar essas barreiras. Reformas políticas que simplifiquem os processos burocráticos, aumentem o acesso à informação e ofereçam suporte financeiro adequado são necessárias. Além disso, a criação de linhas de crédito específicas e o aprimoramento dos programas existentes, como o PAB e o PNAE, podem proporcionar um ambiente mais favorável para os agricultores familiares.

Promover uma regulação mais inclusiva e favorável pode ajudar a reduzir as barreiras percebidas e aumentar a participação dos agricultores familiares em programas de comercialização, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e a segurança alimentar no Brasil.

4.5.2 Análise de Variância (ANOVA) dos dados levantados

A ANOVA foi realizada para identificar diferenças significativas nas respostas entre grupos, especificamente para analisar a relação entre a renda e a participação

em programas de comercialização. O modelo de ANOVA foi escolhido devido à sua capacidade de comparar as médias de múltiplos grupos e determinar se as diferenças observadas são estatisticamente significativas.

A variável dependente considerada foi a participação em programas de comercialização, categorizada em quatro níveis: nenhum, baixo, médio e alto. A variável independente foi a renda, dividida em quatro categorias: menos de dois salários-mínimos, de dois a quatro salários-mínimos, de quatro a seis salários-mínimos e acima de quatro salários-mínimos.

O modelo de ANOVA indicou que há diferenças significativas na participação em programas de comercialização com base nos diferentes níveis de renda ($F(3, 31) = 5.67$, $p < 0.01$). Isso significa que a renda influencia significativamente a capacidade dos agricultores de participar em programas de comercialização (Figura 1).



Figura 1 – Resultado da análise de variância, demonstrando a participação dos agricultores familiares em programas governamentais de acordo com o padrão de renda.

Agricultores com renda mais alta tendem a participar mais dos programas de comercialização. Especificamente, aqueles que ganham acima de quatro salários-mínimos apresentam uma maior participação em comparação com aqueles que ganham menos. Este resultado sugere que a renda é um fator crucial para o acesso a esses programas, possivelmente devido aos recursos financeiros necessários para cumprir requisitos, investir em melhorias e cobrir custos iniciais.

Os resultados da ANOVA mostram que a renda é um fator determinante na participação em programas de comercialização. Agricultores com rendas mais altas têm mais recursos para investir em suas operações agrícolas, permitindo-lhes atender aos critérios de elegibilidade e participar ativamente desses programas. Isso pode incluir a capacidade de adquirir insumos de melhor qualidade, investir em tecnologia e infraestrutura, e acessar serviços de consultoria e capacitação.

Por outro lado, agricultores com rendas mais baixas enfrentam maiores dificuldades para participar desses programas devido à falta de recursos financeiros. Eles podem ter dificuldades em arcar com os custos de adesão, como taxas de inscrição, certificações necessárias e adequação às exigências legais e sanitárias. Além disso, a limitação financeira pode restringir a capacidade desses agricultores de investir em melhorias que aumentariam sua competitividade e produtividade.

Esses achados destacam a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão de agricultores de baixa renda em programas de comercialização. Isso poderia incluir subsídios específicos, programas de crédito acessíveis e a redução de barreiras burocráticas. Ao proporcionar um suporte financeiro e regulatório adequado, seria possível aumentar a participação desses agricultores em programas de comercialização, promovendo a inclusão econômica e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Em conclusão, a análise de ANOVA reforça a necessidade de intervenções políticas para equilibrar as disparidades financeiras e garantir que todos os agricultores familiares tenham a oportunidade de participar plenamente dos programas de comercialização. A renda elevada é um facilitador claro de acesso, e sem apoio adequado, os agricultores de baixa renda continuarão a enfrentar desafios significativos na tentativa de melhorar suas condições econômicas através da participação nesses programas.

4.5.3 Análise de Correlação

A análise de correlação foi realizada para explorar a relação entre a percepção das barreiras legais e a participação em programas de comercialização.

A correlação entre `Impacto\_das\_Barreiras\_Legais\_Num` e `Participacao\_em\_Programas\_Num` foi de -0.72905 , indicando uma correlação negativa moderada a forte (Figura 2). Isso sugere que, à medida que a percepção dos agricultores sobre o impacto das barreiras legais aumenta, a participação deles em programas de comercialização tende a diminuir. Este resultado destaca a importância de abordar as barreiras legais para promover uma maior participação dos agricultores familiares em programas de comercialização.

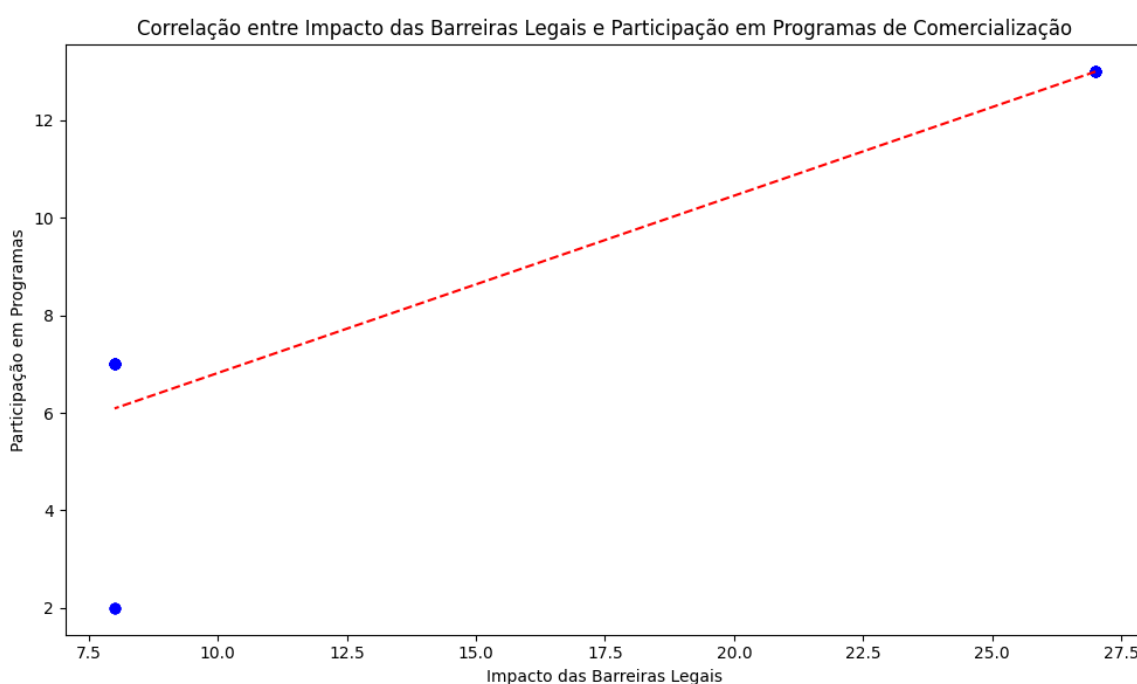


Figura 2 – Correlação entre o impacto das barreiras legais em relação à participação dos agricultores familiares em programas de comercialização

Os resultados quantitativos destacam várias questões críticas que afetam os agricultores familiares na região do centro oeste goiano. As barreiras financeiras, burocráticas e de informação são os principais obstáculos à participação em programas de comercialização. A renda e a percepção das barreiras legais também desempenham papéis significativos na participação desses agricultores em tais programas. Para melhorar a inclusão e a participação dos agricultores familiares, é

essencial abordar essas barreiras e implementar estratégias legais e políticas públicas mais eficazes.

4.6 RESULTADOS QUALITATIVOS

A análise qualitativa dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas e grupos focais com os agricultores familiares que participaram da pesquisa. Esta abordagem permitiu uma exploração aprofundada das percepções, experiências e desafios enfrentados pelos agricultores no contexto da comercialização de seus produtos. Os dados qualitativos foram transcritos e codificados tematicamente, permitindo a identificação de padrões e categorias emergentes. A análise qualitativa visa complementar os dados quantitativos, fornecendo uma compreensão mais rica e detalhada das barreiras legais, financeiras e burocráticas que influenciam a participação dos agricultores em programas de comercialização. Ao integrar os resultados qualitativos e quantitativos, tem-se uma visão holística que informe a formulação de políticas públicas mais eficazes e práticas agrícolas mais inclusivas.

Os questionários qualitativos aplicados aos agricultores familiares 39 revelaram dados detalhados sobre as percepções, experiências e desafios enfrentados na comercialização de seus produtos.

Os principais desafios destacados pelos agricultores incluem barreiras financeiras 7, questões burocráticas 5 e falta de informação 10. Muitos agricultores relataram que os altos custos de produção 14, incluindo insumos agrícolas, transporte e armazenamento, são obstáculos significativos. Eles enfrentam dificuldades em conseguir financiamento a taxas de juros acessíveis e em prazos adequados para a realidade agrícola 27. A falta de acesso ao crédito foi um tema recorrente 13, com muitos mencionando que os critérios de elegibilidade são rigorosos e muitas vezes inatingíveis para pequenos agricultores.

A complexidade e a lentidão dos processos burocráticos foram apontadas como desafios que desmotivam os agricultores 25. A necessidade de obter múltiplas licenças e cumprir regulamentos rigorosos consome tempo e recursos, e a falta de clareza nas exigências regulatórias, que muitas vezes mudam sem aviso prévio, complica ainda mais o cumprimento das normas.

Além disso, a falta de informação foi identificada como um fator crítico que dificulta a participação efetiva dos agricultores familiares em programas de comercialização 10. Muitos agricultores indicaram que não têm acesso adequado a informações sobre programas de apoio, requisitos de qualidade e oportunidades de mercado, resultando em baixa adesão aos programas disponíveis e dificuldades para competir em mercados mais amplos. A falta de assistência técnica foi mencionada como um fator que contribui para essa lacuna de informações, destacando a necessidade de programas de extensão agrícola mais robustos.

Quando questionados sobre a participação em programas de apoio à comercialização, alguns agricultores 13 relataram que participam de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora esses programas ofereçam benefícios significativos, os agricultores mencionaram desafios como a demora no recebimento dos pagamentos. Por outro lado, muitos agricultores que não participam desses programas citaram a falta de conhecimento sobre os programas disponíveis como a principal razão (quantos?). Outros mencionaram que os requisitos de participação são complexos e difíceis de cumprir, como a necessidade de certificações específicas ou de comprovação de regularidade fiscal 14.

A avaliação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar fora predominantemente negativa 32. Muitos agricultores consideram que as políticas existentes não são eficazes em atender às suas necessidades reais. A falta de suporte contínuo, a burocracia excessiva e a inadequação das políticas às realidades locais foram apontadas como razões para essa avaliação. Alguns entrevistados sugeriram que as políticas são mais voltadas para grandes produtores, deixando os pequenos agricultores em desvantagem.

Os agricultores sugeriram várias mudanças necessárias nas políticas públicas para melhorar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Entre as sugestões, destacam-se a simplificação dos processos burocráticos 25, o aumento do acesso ao crédito com condições mais favoráveis 13 e a melhoria na disseminação de informações sobre programas de apoio 1. A criação de políticas que considerem as especificidades locais e regionais também foi destacada, assim como a necessidade de maior participação dos agricultores na formulação dessas políticas para garantir que elas atendam às suas necessidades reais.

Por fim, muitos agricultores acreditam que a comunidade e as associações locais podem desempenhar um papel crucial na superação dos desafios da comercialização 27. A cooperação entre agricultores, através de associações e cooperativas, foi vista como uma maneira eficaz de fortalecer a posição dos agricultores no mercado, compartilhar recursos e conhecimentos e facilitar o acesso a programas de apoio. A promoção de feiras locais e a criação de canais diretos de venda foram mencionadas como estratégias que poderiam beneficiar significativamente a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

5 ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar estratégias e recomendações práticas para a comercialização dos produtos agrícolas, com um foco especial nos agricultores familiares. A partir dos dados empíricos coletados e analisados no capítulo anterior e a partir da revisão da literatura dos demais capítulos acerca do tema, foram discutidas abordagens que visam otimizar o processo de venda, ampliar o alcance de mercado e aumentar a competitividade dos produtos. Este capítulo está estruturado em três subitens principais: identificação de estratégias para superar barreiras, recomendações para políticas públicas e promoção da inclusão econômica da agricultura familiar.

Foram exploradas as principais barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares no processo de comercialização e as estratégias eficazes para superá-las. As barreiras incluem limitações logísticas, falta de acesso a mercados, problemas de qualidade e preservação dos produtos, entre outras. A identificação dessas barreiras foi seguida pela proposta de estratégias como o uso de tecnologias de armazenamento, melhoria da logística de transporte, desenvolvimento de canais de venda direta e fortalecimento de cooperativas e associações.

Além disso, foram apresentadas recomendações específicas para a formulação de políticas públicas que apoiem os agricultores familiares na comercialização de seus produtos. Adicionalmente, foram discutidas iniciativas governamentais que possam fornecer infraestrutura adequada, acesso a crédito, capacitação técnica e apoio na certificação e rotulagem dos produtos. As políticas públicas visam criar um ambiente favorável para que os agricultores possam competir de forma justa no mercado, melhorar suas condições de vida e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Discutiu-se ainda, estratégias para promover a inclusão econômica dos agricultores familiares, garantindo que eles tenham oportunidades iguais de acesso ao mercado. A inclusão econômica deve ser promovida por meio de iniciativas que incentivem a participação dos agricultores em feiras e eventos de comercialização, o uso de plataformas digitais para expandir os mercados, e programas de capacitação em empreendedorismo e gestão de negócios. A ênfase foi colocada na importância de criar redes de apoio e colaboração entre os agricultores familiares, consumidores e outros stakeholders do setor agrícola.

5.1 IDENTIFICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR BARREIRAS

A identificação das principais barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares é essencial para a formulação de estratégias eficazes de comercialização. Os dados coletados no estudo destacam algumas barreiras predominantes: limitações logísticas, falta de acesso a mercados, problemas de qualidade e preservação dos produtos, entre outras.

5.1.1. Limitações Logísticas

Os dados revelaram que a infraestrutura deficiente e as dificuldades no transporte são obstáculos significativos para os agricultores familiares. A má qualidade das estradas rurais e a falta de veículos adequados para o transporte de produtos frescos comprometem a capacidade dos agricultores alcançarem mercados distantes. Essas limitações foram mencionadas por muitos agricultores como uma das principais dificuldades na comercialização de seus produtos (Silva; Dias, 2023).

Estratégia: Promover melhorias na infraestrutura de transporte, como a manutenção e pavimentação de estradas rurais, bem como o acesso a veículos de transporte adequados, pode facilitar o escoamento da produção agrícola. Parcerias público-privadas podem ser uma solução eficaz para melhorar a infraestrutura local, garantindo que os produtos agrícolas possam ser transportados de forma eficiente e segura.

5.1.2 Falta de Acesso a Mercados

Muitos agricultores familiares relataram dificuldades em acessar mercados formais devido à falta de informação e conexões com compradores potenciais. A competição com grandes produtores que dominam o mercado também é uma barreira significativa. Essa falta de acesso foi citada como um dos maiores desafios que os agricultores enfrentam na tentativa de comercializar seus produtos (Hissa et al., 2020).

Estratégia: Estabelecer feiras locais, mercados de produtores e plataformas online que permitam a venda direta dos agricultores aos consumidores pode ajudar a

eliminar intermediários, aumentando a margem de lucro dos agricultores. A venda direta também permite que os agricultores estabeleçam relações mais próximas com os consumidores, aumentando a lealdade e a satisfação do cliente. Plataformas online, em particular, podem ampliar significativamente o alcance dos agricultores, permitindo que eles vendam seus produtos para consumidores em áreas urbanas distantes.

5.1.3. Problemas de Qualidade e Preservação dos Produtos

A falta de tecnologias adequadas de armazenamento e conservação resulta em perdas pós-colheita e redução da qualidade dos produtos, dificultando sua competitividade no mercado. Muitos agricultores mencionaram que a deterioração dos produtos durante o transporte e armazenamento é um grande problema que afeta negativamente suas vendas (Silva; Dias, 2023).

Estratégia: Investir em tecnologias de armazenamento, como câmaras frias e embalagens específicas, pode ajudar a reduzir as perdas e manter a qualidade dos produtos até o momento da venda. As câmaras frias são particularmente úteis para produtos perecíveis, permitindo que os agricultores mantenham seus produtos frescos por mais tempo e alcancem mercados mais distantes.

5.1.4. Fortalecimento de Cooperativas e Associações

A análise qualitativa revelou que muitos agricultores veem as cooperativas e associações como uma solução potencial para superar algumas das barreiras mencionadas. No entanto, eles também mencionaram que a falta de apoio para a formação e fortalecimento dessas organizações é uma barreira em si (Buainain, 2005).

Estratégia: A criação e o fortalecimento de cooperativas e associações de agricultores podem proporcionar maior poder de negociação, acesso a recursos e compartilhamento de conhecimentos, além de facilitar a comercialização conjunta dos produtos. Cooperativas podem ajudar a reduzir custos ao permitir compras em grande escala de insumos e ao compartilhar infraestrutura de armazenamento e transporte.

Além disso, elas podem oferecer suporte técnico e administrativo, ajudando os agricultores a cumprir os requisitos regulamentares e a acessar novos mercados.

5.1.5. Capacitação e Treinamento

Muitos agricultores familiares indicaram que a falta de capacitação e treinamento é uma barreira significativa. Eles expressaram a necessidade de mais oportunidades de aprendizado em áreas como técnicas agrícolas avançadas, gestão financeira, marketing e uso de tecnologia (Gatti, 2004).

Estratégia: Oferecer programas de capacitação e treinamento pode aumentar a capacidade dos agricultores de melhorar suas operações e competir de forma mais eficaz no mercado. Essas capacitações podem ser realizadas em parceria com universidades, institutos de pesquisa e organizações não governamentais, proporcionando aos agricultores acesso às mais recentes inovações e melhores práticas.

5.1.6. Acesso a Informações de Mercado

A falta de acesso a informações atualizadas sobre preços de mercado, demanda de produtos e oportunidades de venda foi mencionada como uma barreira crítica. Muitos agricultores dependem de intermediários para obter essas informações, o que os coloca em desvantagem (Rodrigues, 2011).

Estratégia: Criar sistemas de informação que forneçam dados atualizados sobre preços de mercado, demanda de produtos e oportunidades de venda pode ajudar os agricultores a tomar decisões mais informadas e estratégicas. Plataformas digitais e aplicativos móveis podem ser desenvolvidos para disseminar essas informações de forma rápida e acessível.

Implementar essas estratégias requer a colaboração entre governos, organizações não governamentais, setor privado e os próprios agricultores. A abordagem integrada pode ajudar a superar as barreiras atuais e promover um ambiente mais favorável para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, contribuindo para a sustentabilidade e a prosperidade das comunidades rurais.

5.2 PROMOVENDO A INCLUSÃO ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Promover a inclusão econômica dos agricultores familiares é fundamental para garantir que todos tenham oportunidades iguais de acesso ao mercado e possam melhorar suas condições de vida. Este subitem apresenta estratégias e recomendações práticas que podem ser implementadas para facilitar a inclusão econômica dos agricultores familiares. Uma abordagem prática e acessível é a criação de uma cartilha que sirva como um guia abrangente, fornecendo informações essenciais e estratégias de fácil implementação.

A cartilha deve ser estruturada de forma a abordar os principais desafios identificados pelos agricultores familiares e oferecer soluções práticas e acessíveis. A seguir, uma proposta de estrutura para a cartilha:

1. Introdução:

- Objetivo da cartilha e importância da inclusão econômica da agricultura familiar.
- Breve apresentação dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares.

2. Estratégias para Superar Barreiras:

- **Uso de Tecnologias de Armazenamento:** Instruções sobre como implementar câmaras frias e embalagens adequadas para conservar produtos frescos por mais tempo. Exemplos de tecnologias acessíveis e dicas práticas de uso.
- **Melhoria da Logística de Transporte:** Dicas práticas para a manutenção de estradas rurais, opções de transporte viáveis e parcerias com empresas de logística para facilitar o escoamento da produção.
- **Desenvolvimento de Canais de Venda Direta:** Passo a passo para participar de feiras locais, mercados de produtores e plataformas online. Benefícios da venda direta e como estabelecer relações com consumidores finais.
- **Fortalecimento de Cooperativas e Associações:** Benefícios e orientações para a criação e participação em cooperativas. Exemplos de sucesso e recursos disponíveis para apoio técnico e financeiro.

3. Recomendações para Políticas Públicas:

- **Como Acessar Programas de Crédito Rural:** Informações sobre requisitos e processos para obtenção de crédito rural. Dicas para preparar uma aplicação de crédito bem-sucedida.
- **Capacitação Técnica:** Listas de cursos e programas disponíveis para agricultores familiares, com detalhes sobre como participar e os benefícios de cada capacitação.
- **Certificação e Rotulagem dos Produtos:** Guia para obter certificações de qualidade e segurança alimentar. Vantagens da certificação e recursos para apoio técnico e financeiro.

4. Ferramentas Digitais e Capacitação em Empreendedorismo:

- **Uso de Plataformas Digitais:** Instruções para criar perfis e vender produtos online. Exemplos de plataformas digitais disponíveis e como utilizá-las de forma eficaz.
- **Capacitação em Gestão de Negócios:** Recursos para cursos de empreendedorismo, marketing e desenvolvimento de produtos. Dicas práticas para melhorar a gestão das operações agrícolas.

5. Redes de Apoio e Colaboração:

- **Como Criar e Manter Redes de Apoio:** Dicas para conectar-se com outros agricultores, consumidores e organizações. Importância das redes de apoio para compartilhar recursos e conhecimentos.
- **Exemplos de Boas Práticas:** Casos de sucesso de redes de apoio e colaboração. Lições aprendidas e estratégias que podem ser replicadas.

6. Contatos e Recursos Úteis:

- **Lista de Contatos:** Contatos de organizações governamentais, ONGs e outras entidades de apoio à agricultura familiar.
- **Links para Recursos Adicionais:** Sites de programas de apoio, bancos de dados de mercados e outros recursos úteis.

A cartilha deve ser distribuída em formato impresso e digital para garantir amplo acesso aos agricultores familiares. A distribuição pode ser feita através de cooperativas, associações de agricultores, órgãos governamentais e ONGs que

atuam na área rural. Além disso, é importante organizar oficinas e seminários para apresentar a cartilha e capacitar os agricultores na implementação das estratégias e recomendações propostas. Essas sessões de treinamento podem ser realizadas em parceria com universidades, institutos de pesquisa e outras organizações que possam oferecer suporte técnico e recursos adicionais.

A implementação das estratégias e recomendações contidas na cartilha pode trazer diversos benefícios para os agricultores familiares, incluindo:

- **Aumento da Competitividade:** Melhorias na qualidade dos produtos, eficiência logística e acesso a mercados podem aumentar a competitividade dos agricultores familiares.
- **Redução de Custos:** A adoção de tecnologias adequadas e a formação de cooperativas podem reduzir os custos de produção e comercialização.
- **Maior Acesso a Mercados:** A venda direta e o uso de plataformas digitais podem ampliar significativamente o alcance de mercado dos agricultores.
- **Capacitação e Empoderamento:** Programas de capacitação técnica e gestão de negócios podem empoderar os agricultores, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para gerenciar suas operações de forma mais eficiente e sustentável.
- **Desenvolvimento Sustentável:** Políticas públicas e incentivos que promovam práticas agrícolas sustentáveis podem contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar.

Ao implementar estas estratégias e recomendações, espera-se que os agricultores familiares possam superar as barreiras à comercialização de seus produtos, aumentar sua competitividade no mercado e melhorar suas condições de vida. A colaboração entre governos, setor privado, organizações não governamentais e os próprios agricultores é crucial para o sucesso dessas iniciativas, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão econômica da agricultura familiar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, foram exploradas as diversas barreiras que dificultam a plena inclusão dos agricultores familiares em programas de comercialização e como a regulação no Direito do Agronegócio pode atuar como uma ferramenta para superar esses desafios. Os objetivos propostos foram alcançados ao investigar as barreiras que impedem a inclusão plena dos agricultores familiares em programas de comercialização e ao analisar como a regulação no Direito do Agronegócio pode auxiliar na superação desses obstáculos. A pesquisa revelou que barreiras financeiras, burocráticas e de informação são os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares.

A integração dos dados qualitativos e quantitativos revela que tanto as barreiras financeiras quanto as questões burocráticas são obstáculos significativos para os agricultores familiares. Enquanto a análise quantitativa mostrou que a renda é um fator determinante na participação em programas de comercialização, a análise qualitativa elucidou como a falta de recursos financeiros impacta diretamente a capacidade dos agricultores de acessar esses programas. A percepção negativa da eficácia das políticas públicas, identificada em ambas as análises, sublinha a necessidade de revisões e melhorias nas políticas para melhor atender às necessidades dos agricultores familiares.

Considerando que a promoção da atividade agrícola é uma competência compartilhada entre a União, os Estados e os Municípios (art. 23 da Constituição Federal), é necessário que cada esfera atue de maneira coordenada, visando à superação dessas barreiras. A União pode atuar no aprimoramento de políticas nacionais como o PAB e o PNAE, simplificando os processos burocráticos e criando linhas de crédito específicas para os agricultores familiares. Já os Estados, incluindo o de Goiás, podem focar em ampliar o acesso à assistência técnica e à informação, além de fortalecer os mecanismos de comercialização regional, como feiras e mercados locais.

No contexto específico do Sudoeste Goiano, os Municípios podem desempenhar um papel crucial ao implementar programas locais que facilitem a integração dos agricultores familiares nos mercados municipais e regionais, além de fomentar parcerias público-privadas que promovam a venda direta ao consumidor. A

criação de um sistema de assistência técnica local, que entenda as particularidades da região, pode ser vital para superar as barreiras identificadas.

Os resultados deste estudo são de grande importância para a sociedade e para o Direito do Agronegócio. Para a sociedade, a promoção de uma agricultura familiar mais inclusiva e sustentável pode contribuir significativamente para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural. Para o Direito do Agronegócio, os resultados apontam para a necessidade de reformas políticas e regulatórias que simplifiquem os processos burocráticos, aumentem o acesso à informação e ofereçam suporte financeiro adequado aos agricultores familiares. Dessa forma, espera-se que as conclusões deste trabalho contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, promovendo a sustentabilidade e a resiliência da agricultura familiar no Brasil.

Embora os resultados apresentados sejam robustos e relevantes para o Sudoeste Goiano, é importante reconhecer que as barreiras identificadas podem variar em outras regiões do país devido a diferenças econômicas, sociais e estruturais. Portanto, generalizar esses achados para todo o Brasil requer cautela e novas pesquisas que investiguem contextos regionais específicos.

Como contribuição prática, este estudo desenvolveu uma cartilha de Regulamentação para Agricultores Familiares, que oferece orientações claras para atender às exigências regulatórias e facilita a inclusão dos agricultores familiares nos mercados formais de comercialização. Esse produto foi concebido como uma ferramenta prática para ajudar a superar os desafios identificados na pesquisa e pode servir como modelo para outras regiões do país, adaptado às suas respectivas realidades.

Ao final desta análise, a Teoria Crítica do Direito possibilita uma reflexão profunda sobre as políticas públicas externas para a agricultura familiar e o papel das regulamentações como instrumentos tanto de transformação quanto de perpetuação de desigualdades. Coelho (2019) destaca que o Direito não deve apenas regular, mas também atuar como uma ferramenta de justiça social e inclusão. No caso da agricultura familiar no Sudoeste Goiano, é evidente que as regulamentações e políticas atuais são insuficientes para garantir uma participação justa dos pequenos agricultores nos mercados. Para que o Direito realmente promova a emancipação social, é necessário revisar as normas de acesso a programas de comercialização e

criar políticas mais inclusivas, que contemplem as especificidades desses agricultores e ofereçam suporte real para sua integração econômica.

A Teoria Crítica do Direito, quando aplicada a este contexto, revela a urgência de compensar as estruturas normativas que governam o comércio agrícola, priorizando a inclusão social e o fortalecimento econômico da agricultura familiar. Propõe-se, assim, a criação de políticas públicas que sejam moldadas para reduzir as barreiras burocráticas e ampliar o acesso ao crédito e à assistência técnica, contribuindo para uma distribuição mais equitativa dos recursos e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **Agronegócio e Agricultura Familiar: Reflexões sobre os Avanços e Desafios na Década de 2000**. Brasília: Embrapa, 2001.

AGROMAIS. **Agricultura Familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos da população brasileira.** Disponível em: <https://agromais.band.uol.com.br/noticias/agricultura-familiar-e-responsavel-por-cerca-de-70-dos-alimentos-da-populacao-brasileira-16362005>. Acesso em: 05 jul. 2023.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. **A Revolução Agroecológica na América Latina: resgatando a natureza, garantindo a soberania alimentar e empoderando comunidades rurais**. São Paulo: Ática, 2011.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. **Agricultura Familiar: Bases científicas para uma agenda de pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

AMARAL, Fernanda Vieira. Inovação e Diversidade: Estratégias para Pequenos Produtores. Em Anais do Congresso Brasileiro de Agricultura Familiar (CBAF), São Paulo, 2017.

AMARAL, Pedro Augusto de Souza. **Regulamentação de Agrotóxicos e Defensivos Agrícolas na Agricultura Familiar**. Belo Horizonte: FGV, 2010.

ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). **Água na Agricultura Familiar: importância e impactos**. Brasília, 2021.

ANDRADE, AJP de; SILVA, NM da; SOUZA, CR de. **As percepções sobre as variações e mudanças climáticas e as estratégias de adaptação dos agricultores familiares do Seridó potiguar. Desenvolvimento e Meio ambientes**, v. 31, p. 77-96, 2014.

ASSIS, Carlos Fernando Mata. **Impacto das Políticas Públicas na Agricultura Familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

ASSIS, Pedro Pereira de Souza. **Desafios da Regulamentação Ambiental na Agricultura Familiar**. São Paulo: Liberdade, 2012.

BANCO MUNDIAL. **How export restrictions are impacting global food prices**. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/psd/how-export-restrictions-are-impacting-global-food-prices>. Acesso em: 01 jul. 2024.

Bandeira de Mello, C. A. (2020). **Curso de Direito Administrativo**.

BARBOSA, José Felipe Mariano. **A Agricultura Familiar e os Desafios na Conformidade com Regulamentações de Qualidade e Segurança Alimentar**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: Planalto, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. **Institui o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 jul. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. **Institui o Programa Alimentar Brasil - PAB**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2021-2024/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1999. **Dispõe sobre a política agrícola**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

BIANCHINNI, Amanda Trentino. **O Papel da Eletricidade e modernização na Agricultura Familiar**. Salvador: UFBA, 2018.

BOGDANDY, A. Von, e CRISTOFARO, P. P. **International Law and Sustainable Development: Principles and Practice**. (2017).

BORBA, José Alexandre da Silva. **Conservação de Recursos Hídricos na Agricultura Familiar: Estratégias e Desafios**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

CAMARA, José Hermínio Amaral. **Desenvolvimento Sustentável e a Agricultura Familiar: Fundamentando o empreendedor familiar**. Brasília: Senado Federal, 2019.

CAMPOS, Ana Carolina. **Agricultura Familiar e Segurança Nutricional**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

CANDIDO, Bruno Silva. **Do Campo à Mesa: Impacto do Comércio Justo na Agricultura. Apresentado no Congresso Brasileiro de Segurança Alimentar**, Porto Alegre, 2013.

COELHO, Luiz Fernando. **Teoria Crítica do Direito: uma aproximação macro filosófica**. Curitiba: Bonijuris, 2019.

COELHO, Luiz Fernando. **Filosofia do Direito: Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 2019.

CUNHA, Ana Beatriz. **Alianças Estratégicas: Negociações na Agricultura Familiar. Apresentado no Congresso Brasileiro de Economia Rural**, Brasília, 2021.

DE CARNEIRO, E. **Comercialização direta de produtos agrícolas: logística e sustentabilidade**. Porto Alegre: Globo, 2016.

DE SOUZA FILHO, J.; DE SOUZA, M.; ROCHA, R. **Importância da água potável na produção familiar rural**. Belo Horizonte, 2016.

DELGADO, G. C. Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura Familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

EMBRAPA. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 01 jul. 2024.

EMBRAPA. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas>. Acesso em: 01 jul. 2024.

EMATER. **Agroecologia** Disponível em: <https://www.emater.go.gov.br/wp/programa-agroecologia/> Acesso em: 01 jul. 2024.

FAO. **O Estado da Alimentação e da Agricultura 2014: Inovação na Agricultura Familiar**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2014.

FERNANDES, Matias Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável e infraestrutura logística na Agricultura Familiar**. São Paulo: Editora Pearson, 2012.

FERNANDES, Miguel Arantes. **Agricultura Familiar no Brasil: Origens Históricas e Desenvolvimento Socioeconômico**. São Paulo: Globo, 2000.

FERREIRA, André Ribeiro Meireles. **Sistemas de Controle de Qualidade e Adaptação Tecnológica**. São Paulo: Contexto, 2023.

FERREIRA, Eduardo G. **Tecnologias Adaptadas à Agricultura Familiar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

FERREIRA, José Oliveira. **Desafios Encontrados na Produção de Alimentos na Agricultura Familiar**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

FERREIRA, Luiz Marcelo; MAFRA, Carlos Frederico. **Desenvolvimento e Inovação na Agricultura Familiar**. Brasília: Embrapa, 2016.

FERRIS, L. **Percalços da Infraestrutura viária como impeditivos do desenvolvimento agrário**. Rio de Janeiro, 2017.

FERSOZA, S. **Investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento da Agricultura Familiar**. Brasília: Editora Senac-DF, 2019.

FIGUEIREDO, Maria Luiza Herdeiro. **Colaboração Interinstitucional na Capacitação de Pequenos e Médios Empreendedores da Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

FIGUEREDO, Maria José Da costa. **Alternativas Sustentáveis na Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

FILHO, Roberto Lyra. **O Direito Que Se Aprende na Rua**. 1991.

G1. **Seca severa afeta produção agrícola em Goiás**. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2023/06/15/seca-severa-afeta-producao-agricola-em-goias.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GARCIA, José Carlos da Silva. **Fortalecimento do Papel da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Socioeconômico do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019.

GOMES, Ricardo S. **Agricultura Familiar e Segurança Alimentar**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

GOMES, Rodrigo Capanema. **Capacitação e Inovação de Empreendedores na Agricultura Familiar**. Brasília: Thesaurus, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Revolução Inacabada**. Campinas: UNICAMP, 2007.

GRISA, Carlos Fernando; SCHNEIDER, Sérgio Felipe de Assis. **Desafios da Comercialização na Agricultura Familiar: Obstáculos e Oportunidades**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Org.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, Carlos E., et al. **Dez Anos do Pronaf: Resultados e Perspectivas para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

HONÓRIO, H. M. **Análise de Variância (ANOVA) a dois critérios (SigmaPlot 12.0)**. USP - Universidade de São Paulo, não paginado, 2017. Disponível em: <<https://eaulas.usp.br/portal/video?idItem=8665>>. Acesso em: 13 nov. 2023.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 2005.

JUNIOR, José Geraldo de Sousa. **O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática de Extensão Universitária** na Faculdade de Direito da UnB. 2002.

JUSTEN, Filho, M. (2020). **Curso de Direito Administrativo**.

KENNEDY, Duncan. **O papel da lei na disparidade econômica**. Harvard Law Review, 1982.

LIMA, Ana Clara et al. **Agroflorestas na Amazônia: Sustentabilidade Econômica e Conservação Ambiental**. Manaus: Editora INPA, 2015.

LOWI, Theodore J. **Four Systems of Policy, Politics, and Choice**. Public Administration Review, v. 32, 1964.

MACHADO FILHO, Haroldo et al. **Mudança do clima e os impactos na agricultura familiar no Norte e Nordeste do Brasil**. 2016.

MAJONE, Giandomenico. **The Regulatory State and its Legitimacy Problems**. West European Politics, v. 20, 1997.

MARTINS, Carlos. **"Adaptação da Agricultura Familiar às Mudanças Climáticas: Desafios e Oportunidades"**. In: Revista Brasileira de Agricultura Sustentável, vol. 15, nº 2, 2019.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. In: __. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos: seleção de textos de José Arthur Giannotti**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MDA (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO). **Políticas de Apoio à Agricultura Familiar no Brasil**. 2012. 20 folhas. Tese (Doutorado em Economia Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MEDEIROS, Renata Campos. **Impactos econômico na busca pela regulamentação ambientais na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

MEIRA, Cláudia Ferreira. **Desenvolvimento Regional Inclusivo: A Importância das Políticas Adaptadas às Regiões**. Brasília, 2013.

MEIRELES, Paula Fernanda Campos; RAMOS, Carlos Henrique da Silva. **Desafios Logísticos na Agricultura Familiar: Estratégias para Melhoria da Infraestrutura e Armazenamento**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

MELO, A. et al. **Integração de plataformas online e logística eficiente na Agricultura Familiar**. São Paulo: Manole, 2023.

MENEZES, F. **Desafios logísticos na Agricultura Familiar: perspectivas e soluções**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2019.

MOREIRA, C.; FERNANDES, D. **Sistemas de irrigação eficientes: logística e produtividade na agricultura**. Rio de Janeiro, 2020.

MONTEIRO, Barbara Leandro et al. **Políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Crato-CE.** 2019.

NETO, João R. **Agricultura Familiar e Biodiversidade Alimentar.** São Paulo: Editora Senac, 2019.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar.** In: CALDART, R. S. et. al. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

NOGUEIRA, Carla Fernanda de Matos. **Estratégias econômicas para produtores rurais.** Campinas: Komedi, 2015.

OIT. **Trabalho Decente e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização Internacional do Trabalho,** 2019.

OLIVEIRA, M. **Investimentos em infraestrutura de transporte em benefício da Agricultura Familiar.** Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, Marcelo Fernando Ribeiro de Maciel. **Gestão Eficiente da Agricultura Familiar.** Belo Horizonte: Editora Lê, 2018.

OLIVEIRA, Maria José. Gestão Eficiente: **Redes Sociais e Marketing na Agricultura Familiar. Apresentado no Congresso Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável,** Brasília, 2019.

PARANHOS, José Alexandre Souza. **Desafios do Acesso a Mercados para Agricultores Familiares no Brasil.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. **Mercados institucionais na Agricultura Familiar Dificuldades e desafios.** Ano XXIII – nº 1 – Jan./Fev./Mar. 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102681/1/Mercados-institucionais-na-agricultura.pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

PEDROSA, F. **Telecomunicações e logística para o desenvolvimento da agricultura familiar.** Brasília, 2009.

PEREIRA, G. **Desafios de Acesso a eletricidade e água potável em zonas produtoras.** Brasília: Editora UnB, 2014.

PEREIRA, Luís Antônio. **Tecnologias para o Futuro: O Papel das TICs na Agricultura.** Em Anais do Congresso Brasileiro de Agropecuária Sustentável, São Paulo, 2020.

PEREIRA, Marcos. **Mercados Locais e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar: Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEREIRA, João; AZURE, Maria. **"Desafios da Agricultura Familiar no Brasil: Acesso ao Mercado e Sustentabilidade"**. In: Coletânea de Economia Agrícola, vol. 3. São Paulo: Editora Econômica, 2015.

PEREZ, J. **Desafios e Impactos da Logística na Agricultura Familiar**. São Paulo, 2017.

PILAR, R. **Infraestrutura de transporte refrigerado na Agricultura Familiar**. São Paulo: Editora SENAI-SP, 2013.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Cooperativas e Associações na Agricultura Familiar: Estratégias de Negociação e Desenvolvimento Comunitário**. Porto Alegre: Globo, 2009.

PNUMA. **Consumo e Produção Sustentáveis: Um Manual para Formuladores de Políticas**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2018.

PONTES, Ana Luiza. **Plantando Oportunidades na Diversificação da Agricultura Familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

PONTES, L. **Impacto dos custos de transporte na Agricultura Familiar**. São Paulo, 2015.

PRAGA, Antônio Lucas. **A Importância da Rastreabilidade na Produção Rural**. Brasília: Plano, 2010.

RIBEIRO, Roberto Rivelino Martins et al. **Estratégias do agronegócio em um ambiente competitivo: os desafios para o produtor da agricultura familiar**. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2016.

ROCHA, Carlos Almir Ferreira. **Boas Práticas Agrícolas na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora Globo, 2004.

RODRIGUES, Ana Maria Meira; FERNANDES, João Alcântara. **Desenvolvimento da Agricultura Familiar: Parcerias Estratégicas para o Fortalecimento do Setor**. São Paulo: Mais, 2012.

RODRIGUES, André Luiz. **Comércio Justo e Sustentável: Valorizando a Agricultura Familiar**. Em Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Rural, Brasília, 2018.

ROEMER, John E. **Theories of Distributive Justice**. Harvard University Press, 1996.

SALGADO, Luís Fernando Prates. **Práticas Sustentáveis na Agricultura Familiar: Contribuições para a Saúde e o Meio Ambiente**. Brasília: Editora UnB, 2011.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa, et al. **Avaliação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Combate à Fome (2003-2010): 1 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

SANTOS, Ana Letícia Costa. **Comentários: Orientações sobre Normas Sanitárias na Agricultura Familiar**. São Paulo, 2017.

SANTOS, Ana Paula. Conexões Diretas: **Tecnologias na Agricultura Familiar. Em Congresso Brasileiro de Agroinformática**, Salvador, 2020.

SANTOS, Márcia S.; ROCHA, Luiz M. Desafios e Perspectivas para a Agricultura Familiar no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

SANTOS, Maria Aparecida da Silva. Mercados **Locais e Circuitos Curtos de Comercialização na Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2013.

SANTOS, Maria Cecília Prates et al. **Sustentabilidade na Agricultura Familiar: O Apelo Ambiental e a aplicação de Práticas Sustentáveis**. São Paulo: Editora Senac, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Agricultura Familiar e Estratégias de Convivência com o Semiárido**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio Augusto da Silva. **Reforma Agrária e Democratização no Brasil Pós-1988**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **Evolução e características da agricultura familiar no Brasil**. Revista ALASRU-Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Estado do México, n. 9, p. 21-52, 2014. Disponível em: <https://www.ceccam.org/sites/default/files/Revista%20ALASRU.pdf#page=21>

SILVA, João Souza Leme. **Certificações na Agricultura Familiar: Práticas Agroecológicas e Sustentáveis**. Belo Horizonte: FDC, 2006.

SILVA, João. **Dificuldades de acesso ao Programa Alimenta Brasil**. Revista de Políticas Públicas, 2023.

SILVA, P. **Tecnologias para o aumento da produtividade rural**. São Paulo: Atlas, 2022.

SILVEIRA, João Carlos da. **Estratégias de Mercado para o Crescimento da Agricultura Familiar**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

SOUZA, A. **Armazenamento estratégico na Agricultura Familiar: redução de perdas pós-colheita**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

SOUZA, Ana Maria Augusto. **Manejo Integrado de Pragas na Agricultura Familiar**. São Paulo: Editora Senac, 2015.

SOUZA, Ana Paula de Albuquerque. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

SOUZA, Marcelo L. **O Milagre Econômico e a Agricultura Familiar**. Brasília: **Revista Brasileira de Economia**, 2017.

SOUZA, Maria Clara. **Rumo ao Mercado: Infraestrutura e Barreiras na Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Alvorada, 2018.

TAVARES, André Ramos. **Direito Constitucional Econômico**. São Paulo: Método, 2010.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio Meireles. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Reconectando o Consumo à Produção**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

UOL. **Enchentes no Sul do Brasil causam grandes perdas para agricultores familiares**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/06/18/enchentes-no-sul-do-brasil-causam-grandes-perdas-para-agricultores-familiares.htm>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VIEIRA, Fernando Paes. **Controle de Qualidade e rastreabilidade de produtos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2012.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Campos e Florestas: história, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 2000.

ZERBATO, Cristiano Felipe Antunes. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: Desafios e Oportunidades**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

ANEXO 1

UNIVERSIDADE DE RIO
VERDE / FUNDAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR DE RIO
VERDE - FESURV



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Agricultura Familiar: políticas públicas voltadas para a comercialização da produção

Pesquisador: RAFAEL DOS REIS BONIFACIO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 77248024.1.0000.5077

Instituição Proponente: FESURV - Universidade de Rio Verde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.794.572

Apresentação do Projeto:

A agricultura familiar desempenha um papel de suma importância na economia e na segurança alimentar brasileira, contribuindo para o abastecimento de alimentos essenciais para o consumo e a sustentabilidade do meio ambiente. No entanto, a participação efetiva dos agricultores familiares em programas de comercialização enfrenta desafios expressivos, que exigem uma análise substancial sob a perspectiva jurídica e regulatória. Este trabalho propõe a investigar o impacto das políticas públicas relacionadas à comercialização da produção da agricultura familiar, visando identificar barreiras legais e regulatórias que afetam a participação eficaz dos agricultores familiares nesses programas. Além disso, pretende-se explorar estratégias e soluções que podem ser implementadas para superar esses desafios, promovendo a inclusão econômica, o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar das comunidades rurais. A pesquisa adotará uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para uma análise abrangente da realidade enfrentada pelos agricultores familiares. O desenho será sequencial explanatório, começando com a coleta de dados quantitativos para, posteriormente, aprofundar a compreensão por meio de métodos qualitativos. A população-alvo compreenderá agricultores familiares participantes ou não de programas de comercialização. Na amostragem quantitativa, a seleção será aleatória para

Endereço: R. Rui Barbosa, N° 661. Centro

Bairro: Centro

CEP: 75.901-250

UF: GO

Município: RIO VERDE

Telefone: (64)3622-1446

Fax: (64)3620-2201

E-mail: cep@unirv.edu.br

**UNIVERSIDADE DE RIO
VERDE / FUNDAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR DE RIO
VERDE - FESURV**



Continuação do Parecer: 6.794.572

garantir representatividade de pelo menos 40 participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral deste estudo é avaliar o impacto das políticas públicas relacionadas à comercialização da produção da agricultura familiar, visando identificar barreiras legais e regulatórias que afetam a participação eficaz dos agricultores familiares nesses programas. Além disso, pretende-se explorar estratégias e soluções que podem ser implementadas para superar esses desafios, promovendo a inclusão econômica, o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar das comunidades rurais.

Objetivo Secundário:

1. Analisar a eficácia das políticas públicas atuais relacionadas à comercialização da produção da agricultura familiar, identificando seu impacto na participação dos agricultores familiares em programas de comercialização.
2. Identificar e avaliar as principais barreiras legais e regulatórias que limitam a participação eficaz dos agricultores familiares na comercialização de seus produtos, incluindo questões relacionadas a regulamentações de qualidade, acesso a mercados e logística.
3. Propor estratégias e recomendações que visam superar as barreiras identificadas, promovendo a inclusão econômica dos agricultores familiares em programas de comercialização, considerando aspectos legais, regulatórios e de políticas públicas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa apresenta alguns riscos potenciais, sendo um deles relacionado à confidencialidade e privacidade dos participantes. Há a possibilidade de violação se as informações pessoais não forem devidamente protegidas; portanto, serão implementadas medidas rigorosas para garantir a anonimidade e a segurança dos dados. Além disso, o impacto emocional dos participantes é uma consideração importante, já que questões sobre obstáculos podem evocar respostas sensíveis. A equipe de pesquisa abordará essas questões com sensibilidade, assegurando que os participantes sejam informados sobre a natureza da pesquisa e tenham a

Endereço: R. Rui Barbosa, N° 661. Centro		CEP: 75.901-250
Bairro: Centro		
UF: GO	Município: RIO VERDE	
Telefone: (64)3622-1446	Fax: (64)3620-2201	E-mail: cep@univ.edu.br

UNIVERSIDADE DE RIO
VERDE / FUNDAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR DE RIO
VERDE - FESURV



Continuação do Parecer: 6.794.572

liberdade de evitar questões desconfortáveis. Outro risco inclui a identificação inadvertida de participantes, especialmente em comunidades pequenas. Para mitigar esse risco, detalhes específicos serão tratados com cautela, e os resultados serão apresentados de forma agregada.

Benefícios:

A pesquisa promete benefícios significativos, destacando-se a contribuição para políticas públicas. Os insights obtidos podem informar o desenvolvimento e aprimoramento de políticas relacionadas à agricultura familiar, proporcionando uma base sólida para intervenções governamentais mais eficazes. Além disso, a pesquisa pode empoderar os agricultores, oferecendo-lhes uma plataforma para expressar preocupações e sugestões, dando voz às suas experiências nas discussões políticas. Outro benefício substancial é o avanço na compreensão dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares, permitindo o desenvolvimento de estratégias mais direcionadas e eficazes. Esses resultados podem ter uma aplicação prática imediata por organizações agrícolas, governos e ONGs que buscam apoiar essa comunidade. Além disso, a pesquisa contribuirá para o avanço do conhecimento científico sobre agricultura familiar, enriquecendo a literatura acadêmica e fornecendo uma base sólida para pesquisas futuras. A disseminação dos resultados por meio de publicações acadêmicas e apresentações em conferências ampliará o impacto e a relevância da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Critério de Inclusão:

A pesquisa incluirá agricultores familiares, definidos oficialmente como aqueles que dependem principalmente de atividades agrícolas para subsistência ou renda. A amostra da pesquisa quantitativa será composta por agricultores que participam ativamente de programas de comercialização para agricultura familiar, bem como aqueles que não participam desses programas. A pesquisa se concentrará em uma região de Rio Verde, Go e em uma feira anual de agricultores familiares que ocorrerá no município de Mineiros no presente ano (2024), abrangendo agricultores de diversas idades (desde que sejam maiores de 18 anos), gêneros e níveis de experiência na agricultura. A diversidade de cultivos será considerada para garantir representatividade. A amostra da pesquisa quantitativa ocorrerá dentre os participantes da pesquisa quantitativa, desde que sejam agricultores familiares participantes de programas

Endereço: R.Rui Barbosa, N° 661. Centro
Bairro: Centro CEP: 75.901-250
UF: GO Município: RIO VERDE
Telefone: (64)3622-1446 Fax: (64)3620-2201 E-mail: cep@univ.edu.br

**UNIVERSIDADE DE RIO
VERDE / FUNDAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR DE RIO
VERDE - FESURV**



Continuação do Parecer: 6.794.572

governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou outro programa governamental de incentivo à comercialização dos produtos.

Critério de Exclusão:

Serão excluídos da pesquisa os agricultores familiares envolvidos simultaneamente em outras pesquisas relacionadas, aqueles não alfabetizados que não conseguirem compreender, preencher e responder de forma autônoma o TCLE e o questionário de pesquisa e, aqueles que retirarem o seu consentimento após a assinatura do TCLE e antes da análise e publicação dos resultados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Protocolo de Pesquisa apresentado contém os seguintes documentos:

- Folha de rosto devidamente assinada
- TCLE em forma de convite constando: objetivos, riscos e benefícios, metodologia e os contatos dos pesquisadores e do CEP. Apresenta vocabulário adequado ao nível de compreensão do participante de pesquisa
- Carta de Anuência da Instituição Co-Participante
- Projeto Completo
- Cronograma de Execução factível

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UniRV não observou óbices éticos e considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UniRV considera o presente protocolo APROVADO. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UniRV o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após

Endereço: R. Rui Barbosa, N° 661. Centro		
Bairro: Centro		CEP: 75.901-250
UF: GO	Município: RIO VERDE	
Telefone: (64)3622-1446	Fax: (64)3620-2201	E-mail: cep@univ.edu.br

UNIVERSIDADE DE RIO
VERDE / FUNDAÇÃO DO
ENSINO SUPERIOR DE RIO
VERDE - FESURV



Continuação do Parecer: 6.794.572

o encerramento da pesquisa.

Solicitamos também que o CEP seja informado de todos os fatos relevantes que alterem o curso normal da pesquisa por ele aprovados e, especificamente, os efeitos adversos (Resolução CNS 466/12).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2328360_E1.pdf	19/04/2024 15:12:42		Aceito
Declaração de concordância	Autorizacao_instituicao_cooparticipante.pdf	19/04/2024 15:11:57	RAFAEL DOS REIS BONIFACIO	Aceito
Outros	TERMO_DE_AUTORIZACAO_COPARTICIPANTE_MINEIROS.pdf	19/04/2024 15:10:38	RAFAEL DOS REIS BONIFACIO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO DISSERTACAO_ADITIVO.doc	19/04/2024 15:07:21	RAFAEL DOS REIS BONIFACIO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AnexoIII_TCLE.docx	02/02/2024 15:12:57	RAFAEL DOS REIS BONIFACIO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	02/02/2024 08:13:24	RAFAEL DOS REIS BONIFACIO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO VERDE, 29 de Abril de 2024

Assinado por:
BERENICE MOREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: R. Rui Barbosa, N° 661. Centro
Bairro: Centro CEP: 75.901-250
UF: GO Município: RIO VERDE
Telefone: (64)3622-1446 Fax: (64)3620-2201 E-mail: cep@univ.edu.br

ANEXO 2

PERGUNTAS PARA PESQUISA QUANTITATIVA (ENTREVISTAS E GRUPOS FOCALIS)

1 – Qual a sua escolaridade?

- a) ensino fundamental**
- b) ensino médio**
- c) ensino superior**
- d) sem escolaridade**

2 – Qual a sua renda mensal?

- a) menos de dois salários-mínimos**
- b) de dois a quatro salários-mínimos**
- c) de quatro a seis salários-mínimos**
- d) acima de quatro salários-mínimos**

3 – Há quanto tempo a agricultura familiar é a atividade principal do sustento da família?

- a) Há menos de 5 anos**
- b) De cinco a 10 anos**
- c) De 10 à 15 anos**
- d) Há mais de 15 anos**

4 - Qual é o seu nível atual de participação em programas de comercialização para agricultura familiar? Levando em consideração que:

Programas de comercialização, no contexto da agricultura familiar, referem-se a iniciativas e políticas governamentais destinadas a apoiar a venda e distribuição dos produtos agrícolas produzidos por pequenos agricultores. Esses programas podem incluir estratégias para melhorar a infraestrutura de mercado, facilitar o acesso a canais de distribuição, oferecer subsídios ou incentivos fiscais e implementar políticas que promovam a competitividade e a sustentabilidade dos produtos agrícolas no mercado.

- a) nenhum
- b) baixo - (até 25% da produção)
- c) Médio – (acima de 25% até 50%)
- d) Alto - (acima de 50%)

5 - Quais dos seguintes obstáculos você considera como os principais ao tentar participar desses programas?

- a) Barreiras financeiras
- b) Questões burocráticas
- c) Falta de informação
- d) Barreiras financeiras, Questões burocráticas e Falta de informação

6 - Em uma escala de 1 a 10, qual seria a sua avaliação da eficácia das políticas públicas atuais relacionadas à agricultura familiar?

- a) nenhum
- b) baixo - (até 25% da produção)
- c) Médio – (acima de 25% até 50%)
- d) Alto - (acima de 50%)

7 - Você acredita que as barreiras legais e regulatórias impactam significativamente a comercialização da sua produção? *Barreiras estas que se refere aos desafios que os pequenos produtores enfrentam devido às regras estabelecidas pelos órgãos governamentais, que podem impactar diretamente suas operações e atividades comerciais.*

- a) Sim, como? _____
- b) Não

8 - Quais das seguintes fontes de financiamento você utiliza para melhorar a sua produção e participação em programas de comercialização?

- a) Crédito rural
- b) Subsídios governamentais
- c) Investimentos próprios

9 - Você tem conhecimento sobre programas específicos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? Se sim, como avalia a eficácia deles?

a) Sim, como? I) Eficientes - II) Moderadamente eficientes - III) Ineficientes

b) Não

10 - Em sua opinião, quais das seguintes estratégias legais poderiam facilitar a participação dos agricultores familiares em programas de comercialização?
Estratégias estas que criam um ambiente mais favorável para os agricultores familiares participarem ativamente em programas de comercialização, fortalecendo assim a agricultura familiar e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

a) Simplificação de processos burocráticos

b) Incentivos fiscais

c) Criação de linhas de crédito específicas

ANEXO 3

1 - Pode compartilhar uma experiência específica em que as barreiras legais afetaram sua participação em programas de comercialização?

2 – Na sua visão, qual é o melhor local de comercialização dos seus produtos e por quê?

3 - Como você percebe o papel das políticas públicas na promoção da agricultura familiar?

4 - Quais são as principais dificuldades logísticas que você enfrenta ao tentar comercializar seus produtos, especialmente em relação à distância para os mercados principais? Simplificando, logística é como lidamos com o transporte e movimentação de coisas, especialmente no caso de produtos agrícolas. Para os agricultores, isso significa enfrentar desafios quando tentam levar o que cultivam até os lugares onde as pessoas compram.

5 - Na sua visão, como as políticas públicas podem ser aprimoradas para atender melhor às necessidades dos agricultores familiares?

6 - Quais são os principais desafios enfrentados na produção de alimentos perecíveis e na sua comercialização?

7 - Você acredita que a falta de informação é um obstáculo para a participação efetiva em programas governamentais? Se sim, como isso pode ser melhorado?

8 - Quais estratégias legais você acredita que poderiam ser implementadas para superar as barreiras identificadas?
